

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PAR

1675/2016

PARECER C
DAS COMISSÕES REUNIDAS DE
POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 181/16.

Trata-se do Projeto de Lei nº 181/16, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, que institui a *Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas*.

Segundo a justificativa apresentada, o projeto visa "atender às diretrizes do Plano Diretor Estratégico no que tange à gestão integrada das terras indígenas e unidades de conservação do município; espelhar, no âmbito municipal, o disposto na Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas; e ampliar e fortalecer o Programa Aldeias, garantindo sua perpetuação".

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela **legalidade**.

Tendo em vista que a propositura encontra-se em consonância com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico, a **Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente** posiciona-se **favoravelmente** à sua aprovação.

A **Comissão de Administração Pública**, considerando os aspectos que lhe compete analisar, manifesta-se **favoravelmente** a sua aprovação.

Reconhecendo a relevância da proposta em termos da preservação cultural para a cidade, a **Comissão de Educação, Cultura e Esportes** também se manifesta **favoravelmente** à sua aprovação.

Quanto ao aspecto financeiro, a **Comissão de Finanças e Orçamento** não encontra nada a opor, posicionando-se **favoravelmente** à sua aprovação.

Sala das Comissões Reunidas, em 07/12/2016.

RELCOM

1710/2016



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 98 de 93 fls. 170

Processo nº 01-181/16
Gabriel S. M. Ribeiro
RF. 11.317 - SGP-12

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE
POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 181/16.**

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

GILSON BARRETO

DALTON SILVANO

NELO RODOLFO

GEORGE HATO

PAULO FRANGE

NABIL BONDUKI

SOUZA SANTOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUITO FORMIGA

ANDREA MATARAZZO

CELSO JATENE

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

JULIANA CARDOSO

AURÉLIO MIGUEL

RODOLFO DESPACHANTE



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE
POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 181/16.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

CLAUDINHO DE SOUZA

REIS

PASTOR EDEMILSON CHAVES

ELISEU GABRIEL

PAULO FARILO

JEAN MADEIRA

TONINHO VESPOLI

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ABOU ANNI

JONAS CAMISA NOVA

EDIR SALES

ADOLFO QUINTAS

JAIR TAYTO

ATÍLIO FRANCISCO

OTA

AURÉLIO NOMURA

RICARDO NUNES

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

De 13 / 12 / 2016

Pág. 235 Hugo Zanoni Harbs
Téc. Administrativo

Conferido: RF 11.391

A Comissão de Finanças,
para Audiências Públicas

13/12/16

GR
Gabriel S. M. Ribeiro
RF 11.317 - SGP.12

Segue em conjunto 5, nesta data documento(s)
e papel de informação rubricado 5 sob folha(s)
nº 95 a 99 Em 21/12/16

Carmen Cristina Malavazzi
RF. 11.197 - SGP-12

GP



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Proc. nº 01 – 181/2016
Carmen Cristina Malavazzi
RF 11.197 – SGP.12



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JONAS CAMISA NOVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13/12/2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
 NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

FL. Nº

96

fls. 174

REUNIÃO: 16735 DATA: 13/12/2016

Proc. nº 01 - 181/2016

Carmen Cristina Malavazzi

RF 11.197 – SGP. 12



O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro-me o Presidente em exercício substituindo o Presidente efetivo, Jonas Camisa Nova. Declaro abertos os trabalhos da 29ª audiência pública do ano de 2016. Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link: Auditórios On-Line.

Convidados a participar: Secretaria de Finanças, Sr. Rafael Barbosa, Diretor da Divisão de Legislação, Normas, Consultas e Estudos Jurídicos; Márcio Ricardo Juliano de Albuquerque, Auditor Fiscal Tributário municipal da Divisão Normas, Consultas e Estudos Jurídicos.

Passemos agora ao item da pauta.

Vou solicitar uma inversão da pauta para que o item 16 possa a ser o item número 1 e o 29 seja o número 2. Aprovado. Vamos à leitura. Item 16.

- É lido o seguinte: (ementa PL 445/2016)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Em discussão.

O SR. _____ - Bom dia, Exa., a cerca desse PL 445/16 do Vereador Aurélio Nomura que institui tratamento jurídico diferenciado ao microempreendedor individual ao MEI, às microempresas que já eram mais antigas, as MEIs e as de pequeno porte no município de São Paulo. Toda a tentativa de formalizar, trazer essa pessoas à formalização é sempre muito bem-vinda no município de São Paulo e o Executivo tem se esforçado bastante para trazer a essas pessoas à formalização, não só para questão de benefício previdenciário, mas para formalização em si, pagamentos de tributos para que essas pessoas se insiram na sociedade de uma forma, de uma maneira mais formal. Como esse projeto demanda algumas alterações na Legislação Tributária a gente gostaria de solicitar que ele fosse formalmente encaminhado para a Secretaria de Finanças para que fosse avaliada a possibilidade de efetuar um estudo mais aprofundado das eventuais alterações que eles possam vir a alterar na nossa legislação tributária municipal.

Então, a princípio, a gente não faria nenhum debate sobre esse PL para poder fazer um debate formalizado, mas aprofundado a frente. Essa seria a nossa manifestação para que esse projeto fosse formalmente encaminhado ao Executivo municipal da Secretaria de Finanças para efetuar estudos de impacto, de arrecadação do município e de alteração legislativa. Essa era a nossa solicitação em relação a esse PL.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não havendo mais oradores inscritos; está realizada a audiência pública ao PL 445/2016.

Próximo item da pauta.

- É lido o seguinte: (ementa PL 291/2016)

Dispõe sobre a concessão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – à viúva, ou viúvo, de integrante da Guarda Civil Metropolitana que vier a falecer no desempenho de suas atividades.

O SR. MARCIO ALBUQUERQUE – Sou representante da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Cidade. A respeito deste PL 291/16 sobre a isenção de IPTU para as viúvas dos Guardas Municipais que vierem a falecer em serviço, é um projeto que realmente demonstra certa justiça fiscal, de valor, para esses combatentes que estão nas ruas. Mas, como envolve questão de cadastro, de nomeação, porque o imóvel pode estar no nome já da viúva, até para estimativa de arrecadação eventual, renúncia fiscal que o Município faria em função dessa estimativa; a gente solicitaria que este projeto fosse formalmente encaminhado para o Executivo e a Secretaria de Finanças, a fim de um melhor estudo e avaliação de legislação, alterações do cadastro. Não nos cabe, no momento, um debate acerca do mérito, ou não, mas que este projeto seja encaminhado para a nossa Secretaria, para um estudo mais aprofundado em busca da justiça fiscal. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a audiência pública ao PL 291/16.

Passemos ao próximo item da pauta, dos Vereadores Roberto Tripoli, Nelo Rodolfo, Paulo Frange, Nabil Bonduki, José Police Neto, Mario Covas, Laércio Benko e Ari Friedenbah: Altera a redação da Lei 11.228, de 25 de junho de 1992, e dá outras providências. Referente ao Código de Obras do Município de São Paulo.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está encerrada a audiência pública ao PL 528/14.

Passemos ao item seguinte.

PL 08/15, Vereadores Arselino Tatto, Aurélio Nomura, Floriano Pesaro, Ricardo Nunes e Andrea Matarazzo. Altera a Lei 16.050/14, e dá outras providências. Incentiva a implantação de crematórios na cidade de São Paulo.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está encerrada a audiência pública ao PL 08/15.

Passemos ao item seguinte.

PL 365/15, do Vereador Ricardo Teixeira. Dispõe sobre a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando lixo nos logradouros públicos, fora dos equipamentos destinados para esse fim, e dá outras providências.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está encerrada a audiência pública ao PL 365/15.

Passemos ao item seguinte.

PL 696/15, do Vereador Toninho Vespoli. Proíbe a utilização de cães para fins de segurança, vigilância e guarda no âmbito da administração pública do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está encerrada a audiência pública ao PL 696/15.

Passemos ao item seguinte.

PL 58/16, do Vereador Arselino Tatto. Estabelece diretrizes para a distribuição de vagas em unidades de educação infantil do Município de São Paulo. Em discussão. Não há oradores inscritos.

está realizada a audiência pública do PL 58/2016.

Passemos ao item 6 da pauta.

- "PL 181/2016, do Vereador Nabil Bonduk (PT), institui a política municipal de fortalecimento ambiental, cultural e social de terras indígenas."

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Em discussão; não há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública do PL 181/2016.

Passemos ao item 7 da pauta.

- "PL 185/2016, do Vereador Reis (PT), autoriza a implantação de banheiros públicos no mobiliário urbano do Município e dá outras providências".

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Em discussão; não há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública do PL 185/2016.

Passemos ao item 8 da pauta.

- "PL 243/2016, do Vereador Vavá (PT), institui o Programa de Vacinação para Colaboradores do sistema de transporte, professores e profissionais que atuam junto ao público."

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Em discussão; não há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública do PL 243/2016.

Passemos ao item 9 da pauta.

- "PL 246/2016, do Vereador Celso Jatene (PR), cria o "Programa de Impressão Sustentável" na administração direta e indireta no município de São Paulo, e altera o artigo 49 da Lei nº 14.141, de 27 de marco de 2006".

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Em discussão; não há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública do PL 246/2016.

Passemos ao item 10 da pauta.

- "PL 350/2016, do Vereador Ota (PSB), cria o banco de oportunidades "Jovem Aprendiz", no âmbito do centro de apoio ao trabalho e empreendedorismo - cate da secretaria municipal do trabalho empreendedorismo, disciplina sua formação e consulta a banco de dados com informações de empresas cadastradas que oferecem oportunidades de contratação ao menor aprendiz."

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Em discussão; não há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública do PL 350/2016.

Passemos ao item 11 da pauta. Esse projeto de minha autoria e como não há ninguém para presidir, eu mesmo procederei à leitura da ementa.

- "PL 372/2016, do Vereador Jair Tatto (PT), inclui a motolixo como mecanismo de recolhimento dos resíduos sólidos produzidos no Município de São Paulo em áreas restritas ao acesso de caminhão da coleta seletiva de lixo."

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Em discussão; não há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública do PL 372/2016.

Passemos ao item 12 da pauta.

- "PL 393/2016, do Executivo, dispõe sobre a institucionalização, consolidação e organização da política municipal de participação social, bem como cria o sistema municipal de participação social,"

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Em discussão; não há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública do PL 393/2016, do Executivo.

Passemos ao item 13 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próximo item da pauta, PL 405/2016, do Vereador Ota, PSB, que "dispõe sobre a realização anual de atividades direcionadas à Orientação e Prevenção ao Assédio Moral nos Meios Digitais nas Escolas Municipais durante o mês de agosto."

Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública sobre o PL 405/2016.

Próximo item, PL 430/2016, do Vereador Paulo Fiorilo, PT, que "dispõe sobre a preparação de jovens para a formação da cidadania em saúde, associada a uma política de reinserção social produtiva da

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

FL. Nº 94

fls. 176

REUNIÃO: 16735 DATA: 13/12/2016

Proc. nº 01 - 181/2016
 Carmen Cristina Malavazzi
 RF 11.197 – SGP. 12



parcela de jovens em situação de desemprego no Programa Jovem SUS e dá outras providências".
 Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública sobre o PL 430/2016.

O item relativo ao Conselho Tutelar é o item 20. Solicitarei a inversão. No caso, virará item 29, que foi um dos substituídos. (Pausa) E já defiro a abertura das inscrições junto à mesa da secretaria. (Pausa) Enquanto isso, lerei o item 15 da pauta.

PL 431/2016, da Vereadora Juliana Cardoso, PT, que "dispõe sobre a criação do Parque Municipal Fazenda da Jutá".

Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública sobre o PL 431/2016.

Item 16 da pauta, já lido, foi transformado em item 1º.

Item 17 da pauta, PL 482/2016, do Vereador Aníbal de Freitas, PV, que "dispõe sobre a criação do programa de coleta e análise de resíduos plasticizantes e metais pesados em alimentos no Município de São Paulo e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública sobre o PL 482/2016.

Item 18 da pauta, PL 498/2016, do Vereador Ota, PSB, que "determina a instalação nas áreas públicas destinadas ao lazer ou à recreação, de no mínimo 1 (um) equipamento para lazer e recreação infantil adaptado a criança com deficiência física nas Subprefeituras do Município de São Paulo".

Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública sobre o PL 498/2016.

Item 19 da pauta, PL 501/2016, do Vereador Arselino Tatto, PT, que "altera os arts. 1º e 3º da Lei 13.697 de 22 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a criação do Transporte Escolar Municipal Gratuito - Vai e Volta no Município de São Paulo".

Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública sobre o PL 501/2016.

Item 20 da pauta, adiado para o final da pauta.

Item 21 da pauta, PL 607/2011, do Vereador Aníbal de Freitas, PV, que "dispõe sobre a implantação do programa de Acessibilidade nos cemitérios e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está realizada a audiência pública sobre o PL 607/2011.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O próximo item é o PL 373/2014, de autoria dos Srs. Vereadores Arselino Tatto, José Américo, Nabil Bonduki, Paulo Fiorilo, Antonio Donato, Senival Moura, Alfredinho, Juliana Cardoso, Reis, Vavá, Alessandro Guedes e Jair Tatto. Dispõe sobre a criação do programa de transferência de recursos financeiros para os centros educacionais unificados.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. Está realizada a audiência pública do PL 373/2014.

Passemos ao PL 260/2015, de autoria do Sr. Vereador Reis, que institui o Programa Busca Ativa São Paulo no Município de São Paulo e dá outras providências.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. Está realizada a audiência pública do PL 260/2015.

Passemos ao PL 540/2015, de autoria do Vereador, que institui o programa *Escola Sustentável* no Município e dá outras providências.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. Está realizada a audiência pública do PL 540/2015.

Passemos ao PL 587/2015, de autoria do Vereador Natalini, do PV. Proíbe a oferta de embutidos na composição da merenda de escolas em creches da rede pública e dá outras providências.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. Está realizada a audiência pública do PL 587/2015.

Passemos ao PL 659/2015, do Vereador Ari Friedenbach, que dispõe sobre a inserção do imigrante e refugiado na vida socioeconômica do Município de São Paulo e dá outras providências.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. Está realizada a audiência pública do PL 659/2015.

Passemos ao PL 67/2016, do Vereador Natalini, que dispõe sobre a obrigatoriedade de a empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e demais empresas ocupantes de sua infraestrutura a se restringirem à ocupação do espaço público dentro do que estabelece as normas técnicas aplicáveis e promover a regularização e a retirada dos fios inutilizados em vias

públicas do Município de São Paulo e dá outras providências.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. Está realizada a audiência pública do PL 67/2016.

Passemos ao PL 258/2016, do Vereador José Police Neto, que regulamenta o serviço de moradia social e institui o programa *Locação Social* e dá outras providências.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. Está realizada: audiência pública do PL 258/2016.

Vamos ao item número 20, transferido para o item 29.

Então, o item número 20: PL 560/2016, do Executivo: "Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares no Município de São Paulo".

Em discussão. Temos cinco inscrições. Cabe lembrar que esta é a primeira audiência pública de todos os projetos, não é Assessoria?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não de todos. Neste caso do item 20, é a primeira audiência pública. Pelo Regimento, temos um prazo de 10 dias que é o interstício para a realização da segunda, que, obrigatoriamente, por se tratar, aqui dentro desse projeto, de direitos da criança e do adolescente, se fazem necessárias as duas audiências públicas, considerando também que podemos, no Plenário de hoje, esta audiência vai encaminhar. Não é deliberativo, mas podemos aqui encaminhar, enquanto audiência, para que se vote a redução desse prazo para cinco dias. Considerando assim, teríamos que, para este ou qualquer outro projeto que necessite da segunda audiência pública, e considerando aprovado, em Plenário, a diminuição do interstício para cinco dias, caber-nos-ia, na segunda-feira que vem, fazer outra audiência pública, então, para considerar que o projeto esteja instruído para que possa ser votado.

Esta é só uma orientação prévia aqui da Mesa.

Primeira inscrita: Ermínia Alonso, Conselho Tutelar da Lapa. Vou estabelecer três minutos.

A SRA. ERMÍNIA ALONSO - Bom dia a todos.

Assim, eu queria fazer uma pergunta para o senhor: a votação do Orçamento vai ser quando? Já tem a data? Porque se tiver a votação no Orçamento, vocês encerram a atividade, não é isso? E aí a gente queria saber se ainda vai dar tempo de fazer a segunda audiência pública e isso ser sancionado ainda este ano. Porque é assim: a gente até agradece todo o esforço que vocês estão fazendo para que isso saia, mas, assim, o conselheiro tutelar ganha 2 mil reais por mês. Ele gasta 300 de almoço, mais condução; e, ainda paga almoço para adolescentes e crianças que ficam no Conselho e passam a noite como a gente.

Então, assim: nós pagamos para trabalhar. Então é um desrespeito com a nossa classe. Agora não sei por que isso foi colocado na questão como um projeto de lei da criança e do adolescente, porque seria só o salário. Não precisaria da audiência pública - não é? -, se fosse assim.

Então aí a gente precisava saber, porque vamos acabar ficando sem esse aumento, se não for sancionado este ano.

E já foi liberada a verba para o pagamento dele. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Consta-me, na Assessoria, que temos dois artigos, que o projeto como um todo não trata especificamente do reajuste dos Conselheiros. Temos artigos que tratam dos direitos. Baseado nisso, a Procuradoria da Casa, sim, exige que haja as duas audiências públicas, não é?

A SRA. ERMÍNIA ALONSO - Ah, tá!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com relação... Se me permite, já respondendo rapidamente: vamos sim fazer um esforço. E há compromisso, inclusive deste Vereador, e posso adiantar que a Bancada do meu partido também se compromete a encerrarmos os trabalhos legislativos com a votação do Orçamento - que é a última matéria obrigatoriamente a ser votada, na terça-feira seguinte. Inclusive temos a diplomação das Sras. e Srs. Vereadores na próxima segunda-feira, pela manhã.

E eu convoco aqui. Quero consultar a assessoria se é deliberativo, se eu posso já convocar uma audiência pública para segunda-feira. (Pausa)

Eu vou solicitar, então, ao Presidente da Comissão.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem que ser cinco dias.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não dá! Para votar a redução, são dez dias.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, faremos terça-feira, pela manhã, às 10h30.

(NÃO IDENTIFICADA) – Mas aí, se passa para a segunda audiência pública, tem que passar pelo Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estamos consultando.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – **O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Deixo claro que precisamos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

FL. Nº

98

fls. 178

REUNIÃO: 16735

DATA: 13/12/2016

Proc. nº 01 - 181/2016

Carmen Cristina Malavazzi

RF 11.197 – SGP. 12



aprovar hoje, no Plenário, requerimento de redução de prazo. Considerando que esse requerimento seja aprovado, poderemos chamar outra audiência pública para segunda-feira, data da diplomação dos Srs. Vereadores e Vereadoras, do Vice-Prefeito e Prefeito eleitos. Chamá-íamos, portanto, para segunda-feira, à tarde.

Consulto a assessoria se, convocando uma audiência pública para segunda-feira, pela manhã, conseguimos instruir o projeto à tarde?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na terça-feira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Na terça-feira de manhã.

Então, eu vou propor para terça-feira, pela manhã. Pelo Regimento, a realização dessa audiência pública não impedirá nenhuma tramitação técnica, só impedirá de ser votado. Tecnicamente, o projeto caminhará, pois está na pauta e já foi votado em primeira. Precisamos agora só cumprir o Regimento e realizar a segunda audiência pública.

Solicito, portanto, à Presidência, audiência pública para terça-feira, às 10h30.

Tem a palavra a Sra. Rosângela Rocha, da Coordenadoria do Conselho Tutelar de São Paulo.

A SRA. ROSÂNGELA ROCHA – Bom dia. Na verdade, já fui contemplada com uma resposta, pois ia perguntar exatamente isto: se haveria a possibilidade de se antecipar essa próxima audiência para segunda-feira. Em nome dos conselheiros, gostaríamos que essa audiência pública ocorresse na segunda-feira. Há possibilidade?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A diplomação começará às 11h. Já estou considerando a terça-feira para que garantamos a presença de todos e não haja argumentos de que não poderemos comparecer. Baseado nas deliberações, o tempo de audiência será de duas horas e não mudará em absolutamente nada a tramitação do projeto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, terça-feira, às 10h, realizamos a segunda audiência pública.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – No plenário já está.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Se fizéssemos na terça-feira com encerramento às 14h59, valerá para a sessão das 15h; Por isso, proponho às 10h30. Tudo bem?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos solicitar, então, à Presidência.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não há o que solicitar. À tarde, já estará na pauta.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Todo e qualquer item do projeto terá que ser votado antes da Lei Orçamentária anual.

Tem a palavra a Sra. Andressa Paes da Silva, do Conselho Tutelar do Jaraguá.

A SRA. ANDRESSA PAES DA SILVA – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer ao Presidente Jair Tatto pelo empenho e por toda dedicação que tem tido em relação a essa causa que estamos pleiteando há mais de três anos. Não só o Jair Tatto como o José Américo, Relações Governamentais. E assim, Jair, gostaria até de pedir desculpas por esse anseio que todos aqui trazem e toda essa angústia que trazemos em questionamentos, até mesmo porque estamos nos últimos segundos do segundo tempo. Esta classe está nessa angústia porque temos rumores e informações de que não haverá possibilidade. Apesar de trazer sempre para todos que temos de acreditar que até o fim vamos lutar e conseguir.

E tenho dito que acredito nesse Governo e, inclusive, disse há alguns segundos para um companheiro, o Henrico, que é neste Governo que temos de garantir isso. É neste Governo que tem de ser aprovado esse projeto de lei. Então, Jair, temos esse anseio de entender até mesmo de uma maneira clara os tramites desses processos e procedimentos nesta Casa e até mesmo a sanção desse projeto.

Entendo que vocês têm todo um procedimento e que, inclusive, você tem feito todo o esforço e tido uma paciência enorme com a gente. Sabemos que os tramites burocráticos são necessários para que saia tudo conforme a lei. Mas precisamos entender além da questão da votação na terça-feira - é isso o que está proposto -, como se dá isso no Executivo. Acredito que haja sim uma vontade do Prefeito

de sancionar e se existe de fato a possibilidade da sanção desse projeto, porque esta classe não vai aceitar que fique nada para 2017. Esta classe não vai aceitar que fique nada para o próximo Governo. Não vamos admitir nenhum avanço dessa classe trabalhadora, conselheira, para o Governo de João Doria. Não vamos admitir que esse êxito fique para o próximo Governo. Esse êxito tem de ser deste Governo porque foi uma luta nesta gestão. E é neste que acredito.

Então gostaríamos de saber de fato se há a possibilidade da sanção e qual o prazo para que possamos acreditar nisso e seguir adiante com esse pleito, com esse processo. Quero deixar claro que não vamos tirar o pé desta Casa, desta Cidade e da frente da Prefeitura enquanto isso não estiver finalizado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Responde no final Fernando Prata, Conselho Tutelar Vila Mariana.

O SR. FERNANDO PRATA – Bom dia a todos e a todas. Realmente acho que há necessidade de agradecimento porque sabemos que você, Jair, está empenhado no desenvolvimento e nos procedimentos deste processo que tem sido longo.

É sabido que estamos há anos em busca do reconhecimento dos conselhos tutelares da cidade de São Paulo. E é fato que trabalhamos nesse projeto desde o início desta gestão. E também é fato que só conseguimos chegar nesse ponto da tramitação agora no final da gestão. E não queremos que isso fique como mérito para uma gestão posterior porque isso foi trabalhado em conjunto com esta Cidade e com a gestão. É extremamente importante que tenhamos esse apoio e que isso seja de fato efetivado neste Governo.

Para isso ainda restam algumas dúvidas, Jair. Nós sabemos que a Casa está trabalhando com a aprovação orçamentária, com as questões do Orçamento, e que isso fecha os trâmites da Casa. E se o Orçamento for fechado até sexta-feira, e a questão da segunda audiência pública for jogada pra terça-feira – que é o que temos de prazo regimental com a redução do interstício –, como ficaria?

Outra coisa, quando à questão da aprovação, do tempo que o Executivo tem pra aprovação e assinatura desse projeto, sabemos que tem até 60 dias e temos trabalhado com a hipótese da adesão do Executivo ao projeto. Inclusive foi deliberado, já está aceitando coisas que trabalham contrariamente às orientações das práticas conselheiras no que há dentro desse documento pra que não criássemos resistência, e que houvesse acordo. Foi feito um acordo de cavalheiros entre a cidade de São Paulo, o Executivo e o Legislativo e todos que estão no trâmite para que, aprovado do PL, que se conseguíssemos aprovação, que duraria de três a quatro anos. Então como ficaria a questão do fechamento do Orçamento da Casa em relação ao agendamento que nós temos – que seria para terça-feira – e também a assinatura do Executivo em relação ao PL? Ele tem até 60 dias, mas também pode receber e ter a coerência de assinatura para um *sancionamento* antecipado. Isso é extremamente importante.

Não estamos aqui com um ou dois bairros, aqui há Conselhos de toda cidade. A gente conhece o teu esforço e o teu empenho, a gente sabe que é pessoal o seu comprometimento com a causa. Teremos um Governo posterior bastante, que levanta bastantes questões no que concerne às aprovações de políticas públicas voltadas para criança e para o adolescente. Sabemos que há redução orçamentária. Sabemos que na captação da Casa, que haverá redução, mas no caso do Conselho Tutelar, não é simplesmente um reajuste simples e oportunista devido à mudança de Gestão, é uma adequação salarial quando comparado com a região metropolitana e até mesmo com cidades bem distantes da capital São Paulo ou com outras capitais do País.

Também com as condições com as quais trabalhamos, e até mesmo quanto à questão da formação e orientação dessa equipe de conselheiros tutelares da cidade de São Paulo, isso demonstra que temos sido bastante pacientes, que temos negociado, negociamos as condições, aceitamos o que vem no contrato, que sejamos contemplados de uma forma para que possamos – enquanto cidade, em todos os polos desta cidade – ter uma discussão justa e adequada no tange à causa do Conselho Tutelar a cidade de São Paulo.

Pensar no Conselho Tutelar é sim pensar na infância e na adolescência da cidade de São Paulo porque é a garantia de direitos. Teremos momentos de um governo que a gente não sabe em que situação, em que pé as políticas públicas, como serão tratadas e consideradas as políticas públicas.

Queremos agradecer além da sua participação, há outros Vereadores que trabalharam em conjunto, aos que abraçaram a causa. É importante agora que não se perca o esforço porque é um trabalho conjunto. Aqui há energia, há o trabalho de uma cidade toda, há pessoas comprometidas. Para estar neste lugar todos têm de saber, quem está aqui e houve conselheiro falando de salário, parece que é oportunismo, mas têm de saber: pra você receber 1.700,00 reais, sem vale-refeição, sem vale-transporte, enfrentando adversidades – que é o que a gente enfrenta – dentro das comunidades, é tráfico, há falta de serviço público, para estar aqui, você tem de ser muito comprometido.

É muito importante que isso registrado!

Obrigado pela oportunidade.

(Palmas)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

FL. Nº 99
Proc. nº 01 - 181/2016
Carmen Cristina Malavazzi
RF 11.197 – SGP. 12

fls. 180

REUNIÃO: 16735 DATA: 13/12/2016

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Último inscrito: Enrico Rocha – Conselho Tutelar de Pirituba.

O SR. ENRICO ROCHA – Serei breve porque todas as falas me contemplaram.

Não poderia deixar esta oportunidade para parabenizar esta Casa por todo o esforço dado a esta causa; parabenizar, principalmente, os Conselheiros Tutelares que saíram cedo de sua casa para participarem desta audiência pública.

Bom. Todos os Conselheiros já falaram sobre a importância dessa força tarefa, para que isso chegue ao Prefeito Haddad, Jair, a fim de que ele cumpra com o seu comprometimento de durante a campanha, assim como seus quatro anos de governo, para com este Conselho.

Além das respostas que o senhor dos fará, há ainda outra pergunta: o Fernando explicitou, mas serei bem mais prático ou pragmático, vamos dizer assim. Se conseguirmos fazer com que esta Casa, com toda a energia que está nesta sala, de os companheiros que não puderam estar, fazer com que esse orçamento venha para a aprovação apenas na terça-feira que vem, como acredito, qual é o prazo para que esta Casa encaminhe para o gabinete do Prefeito?

Minha pergunta é essa.

Bom trabalho.

Obrigado a todos e todas. (Palmas)

O SR. JAIR TATTO (?) – Obrigado.

Só retificando, há uma correção a ser feita: o prazo, especificamente, desse projeto para sanção ou veto do Sr. Prefeito é de 15 dias; 90 dias é o prazo da regulamentação.

Neste caso, nós temos hoje a tarefa de aprovar a diminuição do prazo, do tempo em plenário, para, na terça-feira, fazermos a segunda; e o comprometimento desta Casa, dos Vereadores, que não deixem de trabalhar na terça-feira futura. Então, tarefa é essa que não nos permite votar o orçamento até sexta-feira.

Objetivamente, com muita sinceridade, o motivo desta Casa, baseado diria até que no desejo dos Vereadores e naquilo que está em pauta, de estar na terça-feira aqui, de verdade, é votar esse projeto – pela pauta que acompanho.

É importante vocês estarem, também, hoje no plenário, para que a gente possa votar a diminuição do tempo.

E, na terça, participarem da audiência pública, também participar, considerando eu que haverá sensibilidade dos Vereadores, para estarem aqui na terça-feira.

Para isso, temos que aprovar a diminuição do tempo hoje, para realizarmos na terça.

Havendo qualquer sessão extraordinária, se a Mesa Diretora assim entender, vocês ficarão sabendo através da coordenação também.

Suponhamos que o Presidente chame uma sessão extraordinária para um horário diferente do habitual para tratar do tema. É possível. Havendo uma sessão extraordinária, fora do horário tradicional das 15h, ou seja, vocês serão comunicados. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO (?) – Imediatamente, vai ao Executivo. Vai à sanção no mesmo dia.

Agradeço a presença de todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

SGP-33, PARA ARQUIVAMENTO
termos do artigo 275 do Regimento Interno.

São Paulo, 02 / 01 / 17

Vome

DE SGP-12

Carmen Cristina Malavazzi

RF 11.197 - SGP.12

117322

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISOR DE ARQUIVO GERAL

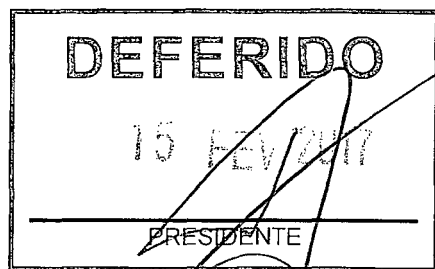
Processo nº 99 folhas.

Arquivado em 31/1/17

Lucas Maria Alves Soto
Técnico Administrativo
RF 11.234

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº 100 e folha de informação
sob nº 101 20 / 02 / 17

André de Oliveira Leonardo
Técnico Administrativo
RF 11.226



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Polha n.º	100	fls. 182
01 -	10/1/2016	
o func.	<i>[Signature]</i>	

André de Oliveira Leonardo
Técnico Administrativo
RF 11.226

REQUERIMENTO

RDS

165/2017

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos do art. 275, § 2º, do Regimento Interno, o retorno à tramitação da(s) proposição(ões) elencada(s) a seguir: **PLO 019/01, PL 393/01, PL 003/02, PL 004/02, PL 013/02, PL 014/02, PL 771/03, PL125/04, PL 126/04, PL 127/04, PL 174/04, PL 359/04, PL 410/04, PL 513/04, PL 655/09, PL 219/13, PL 282/13, PL 288/13, PL 591/13, PL 595/13, PL 651/13, PL 789/13, ~~PL 840/13~~, PL 010/14, PL 133/14, PL 528/14, PL 149/16, PL 181/16, PL 211/16, PL 298/16, PL 399/16, PL 400/16, PL 417/16, PL 447/16, PL 458/16, PL 461/16, PL 502/16, PL 503/16, PL 504/16, PL 505/16, PL 555/16, PL 556/16, PL 558/16, PL 559/16, PL 573/16, PL 582/16, PL 615/16, PL 616/16, PL 617/16, ~~PL 002/16~~, PR 010/10, PR 011/14, PR 013/14, PR 017/14** todos de autoria do **VEREADOR NABIL BONDUKI**.

1a

1a

Sala das Sessões, 08 de fevereiro de 2017

[Signature]
Vereador Antônio Donato
Líder do PT

14:18 15/02/2017 017228 - Protocolo Legislativo - 507.22



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 101
do processo nº 00 - 101 de 20 16 20 / 02 / 17 (a)

André de Oliveira Leonidas
Técnico Administrativo
RF 11.226

À SGP.33

Sr. Supervisor,

Encaminho o presente requerimento para as providências pertinentes.

17/02/2017

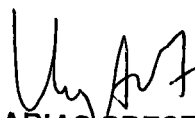

ANTONIO ISOLDI CALEARI
Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo
SGP.22

À SGP.-22

Sr. Supervisor,

Conforme solicitado pelo RDS nº 13-165/2017, segue o presente expediente para volta à tramitação.

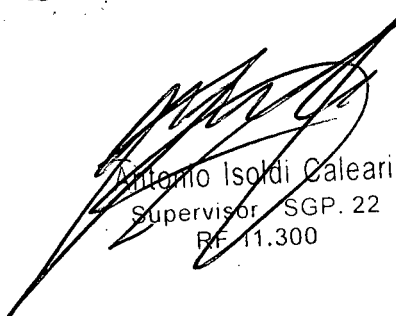
20 / 02 / 2017


UBIRAJARA DE FARIAS PRESTES FILHO
Supervisor da Equipe de Arquivo Geral
SGP.33

A SGP. 12.

Para realização de
Audiência Pública.

Att.


Antonio Isoldi Caleari
Supervisor SGP. 22
RF 11.300

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente.

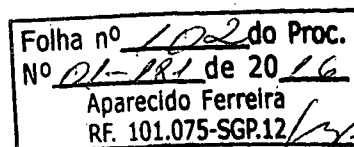
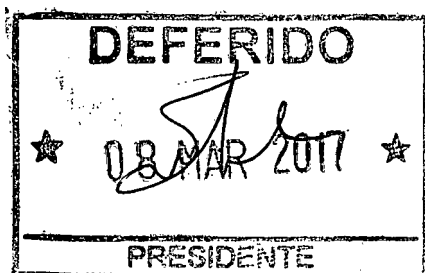
23 FEV. 2017

Secretário RF

Aparecido Ferreira
RF 101.075-SGP.12

Segue ☒ juntado ☒ nesta data documento(s)
e papel de informação rubricado ☒ sob folha(s)
nº 102 Em 09/03/12

Aparecido Ferreira
RF. 101.075 - SGP-12



REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

RDS

256/2017

REQUEIRO, nos termos regimentais, a minha inclusão como co-autor do Projeto de 181/2016 que INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE FORTALECIMENTO AMBIENTAL, CULTURAL E SOCIAL DE TERRAS INDÍGENAS, de autoria do Ver. Nabil Bonduki (ementa)

De acordo:

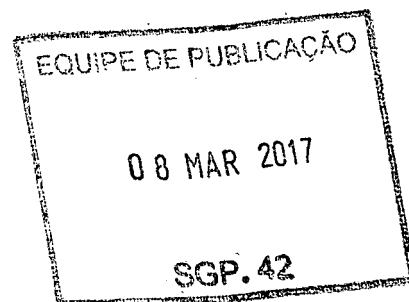
Ver. Nabil Bonduki

De acordo:

Ver. Eduardo Matarazzo Suplicy

Sala das Sessões, em

Ver. Antônio Donato
Líder da Bancada do PT



17:05 07/03/2017 017427 - Protocolo Legislativo - SGP.22

2017 01
05 de
Secretaria Municipal
101.075-SGP.12

A Comissão de:

URB

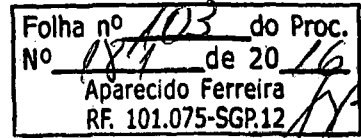
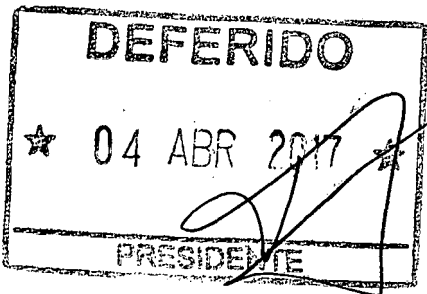
09.03.17

Antonio Isoldi Caleari
Supervisor - SGP. 22
RF 11.300

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente.
09 MAR. 2017
Secretário RF

Aparecido Ferreira
RF. 101.075-SGP.12

Segue 1 juntado 1, nesta data documento(s)
e papel de informação rubricado 1 sob folha(s)
nº 103 Em 05/04/17
Aparecido Ferreira
RF. 101.075-SGP-12



REQUERIMENTO

RDS

425/2017

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos regimentais, a minha inclusão como co-autora do Projeto de 181/2016 que Institui a Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas, de autoria do Ver. Nabil Bonduki (ementa)

De acordo:

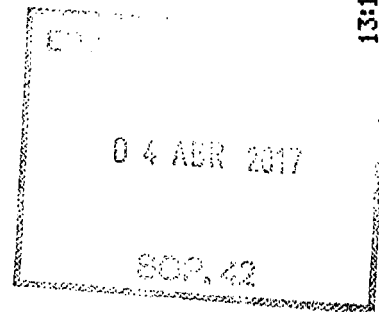
Ver. Nabil Bonduki

De acordo:

Ver. Isadora Martinatti Penna

Sala das Sessões, em

Ver. Antônio Donato
Líder da Bancada do PT



EDUARDO TUMA

13:17 31/03/2017 017783 - Protocolo Legislativo - SGP 22

RF 101.075-SGP.12
Aparecido Ferreira
No 20
Folha no 20

A Comissão de:
URB
05, 04, 17

Antonio Isoldi Caleari
Supervisor - SGP. 22
RF 11.300

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente.
05 ABR. 2017
Secretário RF

Aparecido Ferreira
RF. 101.075-SGP.12

Segue ☒ juntado ☒ nesta data documento(s)
e papel de informação rubricado ☒ sob folha(s)
n° 104/125 Em 01.06.17
Aparecido Ferreira
RF. 101.075 - SGP. 12



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 104
do Processo nº 01-181/2016
Aparecido Ferreira
RF: 101.075

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 08-05-17

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exposição em língua indígena

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Bom dia a todos! Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, hoje substituindo o nobre Vereador Souza Santos, declaro abertos os trabalhos da 7ª Pública do ano de 2017. Essa audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, diariamente, desde 28/04/17. Foi publicada no Jornal O Estado de São Paulo no dia 4 de maio de 2017 e no Jornal Folha de São Paulo, dia 05/05/17.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Essa reunião tem o propósito de apresenta à oportunidade para que sejam debatido, comentadas, trazidas observações, sugestões ao PL 0100181/16, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki e foi por mim, também requerido como coautor desse projeto que institui a política municipal de fortalecimento ambiental, cultural da terras indígenas. Esse projeto já tramitou nas comissões: de Educação, Cultura e Esporte e de Finanças e Orçamento, e teve o parecer conjunto dessas comissões, onde na primeira, os Srs, Vereadores: Reis, Claudinho de Souza, Paulo Fiorilo, e Toninho Vespoli, e na de Finanças e Orçamento, os Srs. Vereadores : Jonas Camisa Nova, Abou Anni, Jair Tatto, Ota e Ricardo Nunes, deram o seu parecer favorável e esse projeto, também foi apreciado em primeira votação no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo no dia 19 de abril.

Para compor a mesa, convido os Srs. Daniel Almeida Santos, da coordenação de promoção de igualdade racial, representando, neste ato, a Secretária Patrícia Bezerra; Mário Bortoto, representante do nobre Vereador Toninho Vespoli, que é um estudioso da causa indígena; Adriana Bramilbilla River, da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Empreendedorismo; João Batista, neste ato, representando o Sr. Secretário do Verde e Meio Ambiente, ex-vereador Gilberto Natalini. Estamos aguardando a presença de outros convidados. Estão faltando os Srs. Nabil Bonduki, Sonia Barbosa, Gera Potti, Antonio Fernandes Toninho, André Sturm, Secretário de Cultura e Heloisa Sales Proenla, Secretária Municipal de Urbanismo, Licenciamento.

Farei uma breve introdução sobre a questão indígena e as razões desse projeto. A população indígena na Cidade de São Paulo é o tema dessa audiência. Os índios pedem atenção para à continuidade do programa aldeias da Prefeitura do Município de São Paulo, e para à necessidade da aprovação definitiva do projeto de lei 181/16, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, que tem como coautor este Vereador Eduardo Suplicy. Na audiência publica, representante das aldeias paulistanas manifestarão suas preocupações a respeito do programa Aldeias que foi implantado e incentivado na gestão do Prefeito Fernando Haddad. Há riscos concretos de que o programa possa ser amenizado ou mesmo descontinuado na gestão presente. O programa Aldeias está vinculado ao núcleo fomentos cidadania cultural, tem por objetivo o fortalecimento e promoção das expressões culturais, tradicionais do povo Guarani nas Aldeias Decoa, localizados na zona Sul, de Parelheiros e zona Noroeste Jaraguá e nos espaços equipamentos públicos da Cidade de São Paulo.

O PL 181/16, foi elaborado para reforçar aldeias e instituir oficialmente a política municipal de fortalecimento ambiental, cultural e social, de terras indígenas e aprovado em primeira votação.

O Texto estabelece, Art. 1º - "O objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das Terras Indígenas que incidem no município de São Paulo, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e fortalecimento cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. As Terras Indígenas beneficiadas por essa Lei são aquelas homologadas por decreto presidencial, as declaradas pelo Ministério da Justiça e as delimitadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com incidência total ou parcial no município de São Paulo". O Programa Aldeias, tem como principal meta apoiar o povo Guarani, em sua luta para conservar sua identidade em seu território para guardar e viver suas tradições culturais e religiosas. Objetiva também que o restante da cidade reconheça, respeite e valoriza a cultura Guarani como patrimônio cultural do Município como cultura originaria desse território.

Além do Nabil e minha autoria, este projeto também recebeu a coautoria da Vereadora Isa Pena e do Vereador Eduardo Tuma.

Ameaçados pela especulação imobiliária e encurralado pelo avanço do chamado progresso, como a construção dos trechos Rodoanel Mario Covas, os índios que vivem em aldeias da Cidade de São Paulo precisam de apoio e estão gritando para serem ouvidos. Nessa audiência pública resta audiência pública representantes indígenas vão lutar pela permanência do programa aldeias e a Prefeitura do Município de São Paulo e pela aprovação desse projeto de lei. No Brasil os dados mais recentes do Censo de 2010, indicam que a população indígena atingiu 817, 9 mil pessoas. Desse total 36,2% residem em área urbana e 63,8% na rural. Censo de 2010. No Estado de São Paulo, os dados do Censo de 2010, apontam uma população indígena de 37,915 índios vivendo em cidades, o que representa 91% da população indígena do Estado. Segundo o IBGE São Paulo é o quarto Município com maior população indígena no Brasil com 12,977 índios dos quais 2mil em aldeias. Na Cidade de São Paulo há três tipos de situação, segundo a comissão Pro Índio de São Paulo. Três aldeias Guarani localizadas na zona Sul e Oeste, terras indígenas Jaraguá, Araçá, Crucutu, Tenondé Porã onde vivem 867 índios. Também uma aldeia indígena em Parelheiros na zona Sul de São Paulo, Acalipete, na região indígena Tenondé Porã, de etnia Guarani. E uma grande população indígena distribuída por diversos bairros da grande São Paulo constituídas por famílias que migraram de suas terras de origem de diversas regiões do País. De acordo com os dados indicados no Livro Índios, na Cidade de São Paulo, elaborado pela Comissão Pró Índios, a maior parte dos indígenas residentes na região metropolitana, é migrante do Nordeste, em decorrência da perda de seus territórios, conflitos com posseiros, escassez de terras e falta de trabalho. E vim aqui de forma precária sem acesso a moradia digna, serviços, saúde e educação de qualidade, a portarem documentos, além de enfrentar forte preconceito e discriminação.

Gostaria de convidar a nobre Vereador Sâmia Bomfim para compor a mesa.

Uma recente conquista do povo Guarani, na Cidade de São Paulo, foi a demarcação das terras do Jaraguá, ano passado, por meio da Portaria Declaratória 51 que reconheceu 532 hectares de terra indígena no Jaraguá, localizado na Zona Norte de São Paulo, como de ocupação tradicional do povo Guarani. No entanto a portaria que declarou a demarcação da terra indígena no Jaraguá, foi suspensa por mandato de segurança do Governo do Estado de São Paulo, e a situação do Jaraguá permanece a mesma.

Esse será um dos temas que as lideranças indígenas abordarão na audiência pública a ser realizada, na segunda-feira, hoje, na Câmara Municipal, seja aqui nesta reunião em que estaremos debatendo o projeto de lei mencionado.

No Jaraguá, os guaranis vivem em espaço equivalente a 1,7 hectare, enfrentam forte ameaça da especulação imobiliária e de reintegração de posse. Seu rio encontra-se poluído e não possuem terras suficientes para plantar, sofrendo ameaças permanentes e o risco de que seja aprovada a privatização do Parque Estadual do Jaraguá, além da ausência de infraestrutura e moradia digna.

Com a demarcação das terras, o povo Guarani Mbya espera ver essa realidade mudar, restando ainda a expedição do relatório de reconhecimento da terra, feito pela FUNAI, para terem a demarcação de suas terras efetivada.

A luta Guarani em São Paulo continua pela demarcação das terras de Tenondé Porã, situada na região de Parelheiros, que hoje tem uma área de 26 hectares demarcados, em 1987, com uma nova revisão em 2016. Agora já passou de 15.969 para 18 mil hectares em decisão recente com base nos estudos da FUNAI.

Gostaria de convidar também a liderança indígena do Jaraguá, a Sra. Sônia Barbosa para vir à mesa, por favor. Seja bem-vinda. (Pausa)

Sônia, eu fiz uma breve introdução sobre o histórico que levou à apresentação desse texto, Projeto de Lei 181/2016, que o Vereador Nabil Bonduki apresentou, que procura assegurar direitos da população indígena e institui a política municipal de fortalecimento ambiental e cultural de terras indígenas.

Como a senhora, aqui na mesa, é a primeira representante indígena, eu lhe pergunto se quer

ser a primeira a falar. Se assim preferir ou prefere que eu dê a palavra (Inaudível) Muito bem.
- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Após o depoimento das pessoas convidadas, as pessoas aqui presentes poderão também fazer observações ou perguntas. Deverão se inscrever com a Sra. Claudineia que estará à disposição.

Então eu pergunto para a Sra. Adriana Brambilla Rivera, da Secretaria de Trabalho Desenvolvimento e Empreendedorismo, pode ser a primeira a fazer seu depoimento sobre o projeto de lei 181/2016.

A SRA. ADRIANA BRAMBILLA RIVERA - Bom dia a todos, hoje estou representando o Secretário do Trabalho e Empreendedorismo, Eliseu Gabriel. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Vereador, muito obrigada por poder estar aqui. Nós estamos dispostos a acompanhar e contribuir naquilo que for possível no que tange a nossa Secretaria, até no que tange a economia solidária. E é um orgulho poder estar aqui hoje porque eu moro no Jaraguá e sei um pouco da causa. Bom dia a todos, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Permita-me, Sra. Adriana, eu agradeço muito, porque a Secretaria do Trabalho Desenvolvimento e Empreendedorismo tem muito a ver como estímulo às formas de economia solidária, as cooperativas. E as comunidades indígenas têm muito a ver com a própria forma de organização dessas comunidades quando elas se organizam para realizar a produção de diversos produtos, especialmente produtos agrícolas. Agradeço se puder nos informar em que medida hoje a Secretaria de Trabalho está procurando desenvolver as formas de economia solidária. Gostaria de recordar que por volta de novembro de 2014, foi fundado o centro público de direitos humanos e economia solidária no Cambuci, numa ocasião em que estava o Prefeito Fernando Haddad, o Professor Paul Singer, que era o Secretário de Economia Solidária e um dos grandes estimuladores de economia solidária no Brasil; eu também estava presente; a Secretária de Desenvolvimento e Assistência Social, a Luciana Temer; o Secretário Artur Henrique, do Trabalho. Enfim, foi uma cerimônia muito significativa e aquele centro passou a funcionar, inclusive, proporcionando cursos, aulas para todos aqueles que se interessam em formar cooperativas possam aprender, trocar ideias. Agradeço se puder nos informar se o empenho da Secretaria do Trabalho para estimular as formas de economia solidária estar se efetivando, inclusive, para as comunidades indígenas em São Paulo. Gostaria muito de apoiar as ações nesse sentido.

A SRA. ADRIANA BRAMBILLA RIVERA – Atualmente a Secretaria assumida recentemente tem dado continuidade aos projetos pré-existentes e com novos projetos. Quanto à aldeia indígena é importante estarmos aqui hoje para levar essa demanda e, a partir disso, construirmos juntos um projeto que atenda a necessidade local.

A princípio, como eu vim, hoje, representando o Secretário, eu não tenho informações maiores para estar passando, mas me coloco à disposição. Posteriormente, Vereador, eu posso trazer as nossas ações, e, juntos, construirmos alguma coisa que se solidifique.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Passo a palavra ao Sr. Daniel Almeida Santos, da Coordenação de Promoção de Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, e que aqui representa a Sra. Secretária Patrícia Bezerra. Seja muito bem-vindo. Tem a palavra.

O SR. DANIEL ALMEIDA SANTOS – Bom dia a todas e a todos. Infelizmente, a Secretária Patrícia Bezerra não pôde comparecer por questões de agenda, mas ela fez questão de encaminhar um integrante da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, tendo em vista que a nossa coordenação está muito sensível a essa questão.

Há dois meses, dois assessores estiveram presentes no Jaraguá, conversaram com algumas lideranças do local, a fim de elaborar um diagnóstico inicial a respeito da situação daquele território. E o que mais alertou naquele momento foi com relação à assistência social. Foi verificado que está havendo dificuldade no repasse do Bolsa Família. Já acionamos a Secretaria de Assistência Social, e agora aguardamos uma devolutivo com relação à parte do Bolsa Família.

Com relação à proposta, Vereador, nós ficamos muito contemplados, tendo em vista que ela

está de acordo com o nosso Plano Diretor Estratégico, o Plano Nacional de Gestão dos Territórios Indígenas. E a Coordenação também se coloca à disposição para dialogar sobre essa propositura; suas portas estão abertas, principalmente para as lideranças indígenas.

Mês passado, uma das integrantes do território visitou a Secretaria também levando algumas considerações; teve uma reunião com o nosso Secretário-Adjunto, Sr. Thiago Amparo, e o diálogo está sendo contínuo. Esperamos que, da mesma forma que eles nos procuraram, as outras responsáveis também, porque nós não devemos nos limitar à questão dos povos indígenas, que são os protagonistas da história, mas também sabemos que muitas mobilizações sociais também estão preocupadas com essa questão. Então nos colocamos à disposição da sociedade civil na forma de entidade, dos próprios povos indígenas, dos Vereadores, enfim, de todos aqueles que queiram discutir sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Daniel Almeida Santos. Eu agradeceria se puder nos dar uma informação.

Quando visitei, no ano passado, a aldeia guarani, no Jaraguá, eu notei, ao visitar as escolas, uma escola infantil para os indígenas, da Prefeitura, e outra do Governo do Estado, que está, digamos, a 150 metros da primeira, que é municipal, e notei que ambas precisavam ser melhoradas. Então acredito que será muito importante as Secretarias de Trabalho, de Igualdade Racial e a de Cultura recomendarem à Prefeitura Municipal, especialmente à Secretaria de Educação e de Cultura, que se realizem algumas reformas, e possivelmente alguma expansão. Eu me lembro de que, no diálogo com os professores, avaliavam que seria melhor que houvesse mais professores e maior atenção tanto àquelas crianças quanto aos adolescentes que frequentam aquelas escolas.

Se o senhor quiser falar alguma para sobre isso, agradeço.

O SR. DANIEL ALMEIDA SANTOS – A Coordenação de Promoção da Igualdade Racial está inserido dentro da Secretaria de Direitos Humanos. Então é uma secretaria meio, uma secretaria que viabiliza a atuação pastas-chaves. Por essa razão, eu vou levar a consideração do senhor à nossa coordenação, para que seja providenciado um ofício salientando a necessidade de cuidado também das instituições de ensino localizadas naqueles territórios. Nós, com certeza, vamos acionar a Secretaria de Educação, e logo mais traremos uma devolutiva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Eu agradeço se puder a encaminhar a nós, Vereadores desta Comissão, a cópia desta correspondência – que acho que pode ser encaminhada tanto ao Secretário Municipal de Educação e de Cultura, mas também ao Secretário Estadual de Educação e de Cultura, porque, afinal, a outra escola é de responsabilidade do Governo do Estado.

O SR. DANIEL ALMEIDA SANTOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Agora passo a palavra ao Sr. João Batista, Assessor do Secretário do Verde, Sr. Gilberto Natalini.

O SR. JOÃO BATISTA – Boa dia, Senador, todas e todos presentes.

O Secretário Gilberto Natalini me incumbiu de vir aqui representá-lo. S.Sa. ficou muito satisfeito com o convite, lamentando não poder comparecer.

S.Sa. enxerga esse projeto a se tornar lei como um excelente instrumento de desenvolvimento sustentável, porque garante aos donos da terra, aos conhecedores da terra, a sua fixação na terra, conservando-a. Como meta da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, nós temos o projeto de limpar os córregos e plantarmos, pelo menos, 600 mil mudas de árvores, combater o desmatamento. E aí a comunidade indígena deve ser um grande aliado nos nossos projetos.

Então, nesse sentido, trago do Sr. Secretário a mensagem de apoio ao projeto, parabenizando-os pela iniciativa. Lembro, ainda, que, junto com o Vereador Nabil, aprovamos o ano passado um projeto que visa garantir na merenda dos estudantes do Município de São Paulo a introdução de alimentos orgânicos. E isso vem ao encontro também dessa lei aprovada o ano passado. Então, nesse sentido, nos colocamos à disposição para ajudar, para contribuir no que estiver ao nosso alcance e no que for necessário.

As minhas palavras foram ditadas pelo Secretário Gilberto Natalini.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Sr. João Batista, agradeço se puder nos dizer uma palavra sobre a questão de demarcação das terras, especialmente a terra indígena no Jaraguá, uma vez que o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardoso, baixou uma portaria declaratória, 581, ao tempo do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, reconhecendo 532 ha de terra indígena no Jaraguá. Mas esta portaria acabou sendo suspensa por mandado de segurança de iniciativa do Governo do Estado de São Paulo de São Paulo, e a situação para os indígenas no Jaraguá permanece ainda a mesma. Avalio que poderá haver um esforço da parte do Poder Executivo, e nossa também, para que, efetivamente, possam, os guaranis, no Jaraguá, não estarem apenas na área de 1,7ha, mas possam efetivamente ter o reconhecimento da área maior, conforme foi, depois de estudo da Funai, declaro por esta portaria que o Ministro José Eduardo Martins Cardoso assinou ao final de 2014. E eu, inclusive, acompanhei, como senador, os passos – o estudo e o parecer da Funai – para que isso viesse a ocorrer. Então a questão relativa a Parelheiros, felizmente, teve uma decisão favorável para os indígenas, mas a do Jaraguá ainda está pendente. Então, na medida em que pudermos somar esforço, nós, Vereadores, e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, na pessoa do Secretário Gilberto Natalini, eu agradeço.

Tenha a palavra, por favor.

O SR. JOÃO BATISTA – A demarcação de terras não é nossa atribuição; mas, quanto ao mérito, não temos problema nenhum. Nessa questão, que eu diria que é jurídica e política, no meu entendimento, cabe uma articulação da Câmara, da própria Secretaria, porque não temos nenhum óbice quanto a isso. Não é nossa atribuição, mas, no que pudermos ajudar, no sentido de articular e de dar o nosso posicionamento perante o Governo do Estado, conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem.

Queria informar que, como Vereador, eu solicitei uma audiência a um dos secretário da Casa Civil do Governo Geraldo Alckmin, e na próxima semana teremos uma audiência para tratar diversas questões dos povos indígenas no Estado de São Paulo – não apenas na cidade de São Paulo, mas também no litoral paulista –, oportunidade em que iremos dialogar a respeito. Passo a palavra à Sra. Sônia Barbosa, liderança indígena do Jaraguá, para que possa expressar a sua opinião sobre como estão as condições da aldeia indígena no Jaraguá. E se tiver algumas sugestões, qual é a apreciação que faz deste projeto de lei que institui a política municipal de fortalecimento ambiental, cultural e social de terras indígenas. Primeiro, a apreciação, se acha que o projeto está bem formulado, e se há alguma sugestão para melhorá-lo.

O nobre Vereador Eduardo Tuma, que é um dos autores desse projeto, está presente. Convido-o a compor a Mesa, também o Sr. Cleber Moreira Lopes, que é o Coordenador do Programa Aldeias da Secretaria Municipal de Cultura, que também representa o Secretário da Cultura.

A SRA. SÔNIA BARBOSA – Bom –dia a todos. Faço parte da Terra Indígena Jaraguá, também sou uma das coordenadoras do Programa Aldeias, que trabalha junto com a Secretaria Municipal de Cultura.

Em relação ao projeto, foi feito juntamente com as comunidades. Então, nada do que é feito em relação a políticas públicas, dentro da comunidade, não pode ser separado, governo x comunidade, a gente sempre faz na conversa e no diálogo; e a respeito desse projeto, é um projeto que fortalece a comunidade e precisamos que ele avance, da forma como está, porque é preciso esse fortalecimento.

O Programa Aldeias nos beneficia com projetos de plantio, de reflorestamento. Sem esse projeto dentro das comunidades, fragiliza, porque não temos de onde tirar recursos para fazer o que fazemos dentro das comunidades. Por exemplo, hoje, dentro da Terra Indígena Jaraguá, temos duas aquaponias que fizemos, duas cozinhas comunitárias, plantio; e se a gente não tivesse o recurso do Programa Aldeias para concluir esses trabalhos, não teríamos de onde tirar recursos.

Tudo o que a gente faz hoje dentro da comunidade é para o bem dela, toda a comunidade trabalha junto; as cozinhas comunitárias foram feitas em trabalho conjunto com as crianças, a

escola; as aquaponias também foram feitas juntamente com a comunidade, que quer fazer, quer aprender.

Esse trabalho das cozinhas comunitárias é voltado à cultura, porque cozinha não é só para cozinhar, tem todo um trabalho ali: fazer comidas típicas. A gente necessita disso. A aquaponia, por exemplo, na Terra Indígena Jaraguá, é necessária, porque não temos rios ali para pescar; o único rio que há ali já está poluído. Então, juntamente com a comunidade, decidimos fazer esse serviço de aquaponia, para haver o trabalho de plantio, além de ter os peixes que alimentam a comunidade.

O reflorestamento também está sendo feito, também está sendo construída casa de reza, casa de oração, que também faz parte da cultura guarani. Então tudo é pensado, tudo é planejado, nada é feito da nossa cabeça, tudo é feito em conjunto.

Sobre esse projeto, a gente teve uma conversa com o nobre Vereador Nabil, nada foi feito da cabeça dele, nem só da nossa, foi um conjunto, então nós precisamos que esse projeto seja aprovado da forma que ele está apresentado, porque qualquer mudança que houver atrapalhará todo o processo de desenvolvimento. Então, há a necessidade desse projeto virar lei, porque vive mudando o governo, fazem um monte de reformas e a comunidade sofre porque isso barra todo o processo de trabalho dentro das comunidades.

Hoje, na Terra Indígena Jaraguá, a gente está focado na cultura, porque além de sermos discriminados no local onde estamos, é o único modo de mostrar quem somos, o porquê estamos ali, para que serve aquela aldeia dentro daquele espaço, porque é muito difícil. Ainda estou muito chocada por tudo o que aconteceu no final de semana passado, mas é necessário estar aqui para as pessoas saberem como somos e pelo que estamos passando.

Hoje, o Programa Aldeias trabalha com a Terra Indígena Jaraguá e com a Terra Indígena Tenondé Porã. Não vou falar pelo Tenondé Porã, porque a Sra. Giselda falará depois. Mas é um programa, junto com a Secretaria Municipal de Cultura, que tem o mesmo projeto: trabalha com o Programa Aldeias.

As pessoas conhecem os trabalhos das comunidades indígenas, sabem como elas vivem; o guarani é um povo agricultor, que trabalha a sua terra, que preserva o meio ambiente em si, e nós tentamos provar para as pessoas que realmente queremos proteger as coisas naturais do mundo. E hoje, junto com o Programa Aldeias, a importância de ter esse projeto. Que ele se torne lei, para que a gente não fique à mercê de esperar novamente recursos do Programa Aldeias, quando encerra o ciclo do Programa, para a gente poder trabalhar. Esse Programa é muito importante para as comunidades indígenas.

Concluo a minha fala repetindo a importância desse projeto, porque dependemos dele para fazer o nosso trabalho dentro da comunidade, fortalecer a comunidade, fortalecer os jovens, fortalecer os mais velhos. Temos espaços na comunidade hoje onde conseguimos fazer o reflorestamento, porque algumas áreas estão degradadas. Então, realmente precisamos que esse projeto vire lei para continuarmos fazendo nosso trabalho.

Sei que, muitas vezes, nós somos mais vistos, principalmente da Terra Indígena Jaraguá; mas não somos todos nós. Eu lidero a comunidade, estou dentro do Programa Aldeias, sei a realidade daquela comunidade, participei de várias audiências públicas nesta Câmara Municipal, e nos revolta muito ver a Terra Indígena Jaraguá como uma terra sem dono, porque isso não é verdade.

Hoje somos 720 guaranis num espaço onde a área está demarcada de 1,7 hectares, mais quatro áreas sem demarcação. Aquilo que o senhor falou: que o Ministro José Eduardo Cardoso, em 2014, assinou a portaria declaratória revisando os 532 hectares reconhecidos pela Funai como área indígena; e, antes de completar um mês, o Governo do Estado entrou com uma ação contra a portaria declaratória, que foi suspensa. O Governo não sabe o mal que faz para a comunidade quando acontece uma situação dessa.

Hoje conto com o nobre Vereador Eduardo Suplicy, com os órgãos públicos, para que a comunidade seja revista de modo diferente. Aquelas 720 pessoas são seres humanos e estão sofrendo toda uma repressão, um preconceito, discriminação. E nós, sendo lideranças, ainda mulheres, sofremos juntos, tentando mudar essa visão da comunidade não indígena, para que

seja revertido para o nosso lado.

Hoje nós temos um pequeno espaço onde podemos plantar um pé de milho, feijão, pode fazer uma aquaponia; cozinha comunitária, para melhorar a comunidade; plantar ervas medicinais, para a nossa sobrevivência. E muitos fecham os olhos, Vereador. O senhor esteve lá e viu a situação, sem uma árvore, não temos nem o direito de ter uma sombra. Tudo isso é muito dolorido para quem está à frente de uma luta porque nós lutamos hoje para a nossa sobrevivência tanto eu, como liderança dentro da terra indígena, quanto Jerá e outros parceiros que vivem conosco o dia a dia e falam: "Por que vocês estão dessa forma hoje aqui?" Porque nós não temos ajuda, não temos a ferramenta para trabalho. De forma que as pessoas têm de reconhecer que essas populações que estão nesses locais estão realmente querendo fazer a mudança.

Nosso povo vivia antes de forma livre. Hoje estamos reprimidos por favelas, bares, traficante de drogas e isso é muito ruim para a comunidade. Nesse final de semana que passou sofremos repressão grave com ameaças de morte. Eu estou ameaçada até o pescoço. Mas cremos em algo, que algo tem que mudar. Lógico que a mudança tem de vir primeiro de nós, mas os órgãos públicos, o governo, os Vereadores, os Deputados têm de ver o nosso lado e nos ajudar no que for preciso.

As comunidades indígenas hoje estão ali para somar e não para perder algo. Lógico que nós conhecemos a terra e sabemos o que fazer nela, mas hoje precisamos das parcerias com o Governo do Estado, com a Prefeitura, com a Secretaria do Meio Ambiente, com Direitos Humanos. Nós precisamos realmente.

As aldeias do litoral sul, do litoral norte estão precárias. Eu não vou comentar isso hoje porque vai ter uma audiência e vamos entrar nesse assunto depois.

Estou bastante feliz por estar aqui. Não pode vir mais gente, mas eu estou aqui e agradeço a Mesa, a Patrícia, que me fez o convite, o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, que realmente ajudou muito na situação da Portaria Declaratória, agradeço realmente ao senhor.

Essa é minha opinião em relação ao Programa Aldeias. Estou feliz pelo que já conseguimos e espero que daqui para frente a gente consiga muito mais e provar para essas pessoas que somos capazes de fazer algo para o nosso bem e para o bem da comunidade.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Sra. Sonia Barbosa. A senhora mencionou que chegou a ser ameaçada nesses dias. Poderia nos dizer como que foi e sabe quem a ameaçou?

A SRA. SONIA BARBOSA – Teve uma situação no dia 28 agora que passou. Não foi por causa de greve geral que estava tendo no Estado, não foi nada disso. Mas fizemos a paralisação falando sobre a demarcação de terras. Tinham algumas pessoas em Brasília reivindicando seus direitos e nós também temos o direito de reivindicar através de atos e luta. Por estarmos fechando uma estrada, a gente mexeu com algumas pessoas da região e nos ameaçaram. Ali no Jaraguá mesmo. Mas é por causa disso, nós estamos rodeados de favelas, de pessoas que não nos conhecem e também não querem conhecer e acaba surgindo essa situação. Hoje está mais tranquilo. Nós conversamos com o Eloy, que é da APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – ele esteve no Jaraguá, me aconselhou e hoje estou um pouco melhor, mas foi realmente... o Tiago está aqui e presenciou tudo, ele estava lá junto com a gente. Foi uma situação muito difícil.

É isso o que acontece, Vereador. Não temos o direito de reivindicar as coisas. Quando nós reivindicamos e nos mostramos como população e que realmente precisamos da demarcação de terras no Estado de São Paulo e no Brasil, sofremos essa represália mesmo. É a forma como algumas pessoas veem a população indígena, como baderneiros, assassinos.

Já acalmou, foi uma coisa de momento. Eu só falei isso para mostrar realmente o que sofremos na comunidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Com respeito, o nome da senhora, por favor? Letícia.

Queria dizer que na semana passada, após esses eventos, a Vereadora Sâmia Bomfim, colhendo assinaturas de diversos outros, dentre os quais eu próprio, manifestamos o nosso repúdio tanto aos atos de violência contra os índios no Estado do Maranhão quanto nessa manifestação que a senhora citou em Brasília.

Então, sobre esse assunto vai chegar a cópia dessa moção que vou pedir que a Vereadora Sâmia leia logo que chegar. Nossa solidariedade a senhora e a todos os indígenas que foram objeto dessa ação totalmente descabida, violenta por parte das autoridades de Brasília.

Tem a palavra a Sra. Jerá Guarani, das aldeias indígenas de Parelheiros, para que possa fazer a sua avaliação sobre o Projeto de Lei 181/16.

A SRA. JERÁ GUARANI – Bom dia a todos. Primeiramente cumprimento a Mesa.

O povo indígena, independentemente de qualquer etnia, contamos com bons caciques e bons líderes como vocês. Temos um bom cacique aqui, o Suplicy, e outro bom cacique é o Bonduki, que de fato apoia a questão indígena, tem consciência que de fato esse povo que é tão desrespeitado até os dias de hoje, 2017, um povo tão civilizado – me refiro principalmente a questão da gestão política no Brasil – e que faz tantas coisas erradas ainda.

Temos consciência de que temos esses nossos caciques amigos, parceiros, como o Cléber, que são gente boa. Cumprimento vocês pela Aldeia Tenondé Porã.

Chamo Jerá Guarani. No território Tenondé Porã, trabalho com educação e agora estou tirando férias dessa parte de educação escolar indígena e estou me dedicando para o trabalho voltado para agricultura guarani, para o resgate, para o fortalecimento que está nos meus objetivos na atuação de liderança do território Tenondé Porã.

Estou aqui com muita alegria e expectativa e ansiedade para o trabalho que se iniciou em 2016 com os nossos caciques e lideranças parceiras – Nabil Bonduki, Suplicy, Maria Lúcia, Cléber, Lucas, Daniel. Jurá que nos apoiou a montar esse Programa da Aldeia se tornar lei no papel porque nossa cultura é muito oral, então, a gente conta bastante com nossos parceiros quando tem de ter essa organização formal de lei. De fato, essa construção do PL, do Programa Aldeia, que começou em 2016, foi muito discutida com os mais velhos na aldeia, com as lideranças porque é um assunto complicado a questão da proteção do nosso território, a ideia de trabalhar dessa forma para apoiar a existência e a persistência do nosso povo nesse território gigante que é São Paulo.

Ela foi construída em muita parceria e muita conversa, um diálogo muito aberto. Então, temos muita gratidão por esse trabalho que ficou superbom, muito bem estruturado. Mesmo tendo feito pedagogia na cidade, eu não conseguiria fazer isso sozinha, formação descrita no papel, mas ler a gente sabe e a gente concorda absolutamente e a gente veio pronto para ficar civilizadamente pelo direito de ter essa garantia e pedir apoio para os parceiros. É a gente também já agradece a presença de nossos amigos, que da para ver um monte de rostos conhecidos, que estão sempre junto na luta e a gente fala de novo para vocês que apesar dos pesares a vida é leve para quem luta, muitos aqui sabem dessa frase.

Enfim, o artigo primeiro desse programa da pele, do Programa Aldeias, ele traz umas questões muito fundamentais em relação à minha atuação enquanto liderança, porque de fato a gente escuta bastante hoje, principalmente pessoas que trabalham no Governo que dizem: “o que é que esses índios estão fazendo na nossa área, o que esses índios estão fazendo no nosso território”. E aí quando se tem São Paulo, a capital, a grande capital de São Paulo, de fato parece que a gente que invadiu esse território. Daí, a gente fala que não, que é a Cidade que está chegando no nosso território. E aí tira pergunta: “Mas desde quando vocês estão aqui?” A gente está aqui há 517 anos. E vocês? Desde quando vocês estão aqui. Então hoje a gente tem uma realidade ainda muito de luta, de muita perseverança e persistência, mas, ao mesmo tempo, eu e a Sônia, a Sônia está no território Jaraguá, que de fato tem muitas outras complicações em relação ao território de Parelheiros. Até isso esse programa de lei garante, porque ela traz essa perspectiva de trazer para a gente a segurança da integridade do nosso patrimônio indígena em relação, por exemplo, a recursos naturais, que a gente tem no nosso território, que é um dos poucos pedaços da mata atlântica que você pode abraçar árvores gigantes e sentir toda força dela e onde você não tem águas canalizadas que seguem por um

caminho só, elas têm a liberdade de caminhar como Nhandero fez, de vários braços e limpas, é onde você tem a diversidade de animais que muitos jirua em São Paulo acha que só tem anta lá no zoológico, aquela anta triste e presa, que é tão sagrada para a gente, mas lá a gente tem livre, fica vendo pegadinha delas, enfim, come as nossas batatas, mas está tudo bem. E aí tudo isso traz a garantia desses recursos naturais para o próprio jirua paulistano. Até então a terra indígena, até a demarcação e depois ter programas de lei como esse que garante a integridade do patrimônio, que se refere também a esses recursos naturais e como o guarani lidar com isso, que o povo guarani não vai devastar nenhuma área para fazer plantação de soja, para criar gado, para enriquecer. Isso significa que vamos proteger as nascentes que a gente tem, daí significa consequentemente que a gente não está mais lutando para proteção da água, do recurso mais primordial que Nhandero deu a gente, só para a gente, é para o jirua também, porque sabemos da falta da água em São Paulo, sabemos que muitas pessoas já sofrem com isso. A aldeia do Jaraguá, por exemplo, é uma aldeia indígena, é um território de um povo originalmente desse território também, e que está sem água, fia o dia inteiro sem água e ainda a gente tem que lidar com algumas questões muito complicadas na cidade. Mas, enfim, o povo guarani é muito passivo, é muito feliz. Daí a gente sabe que se ficar bravo todo dia a gente envelhece rápido e que a gente fica doente rápido. Então, mesmo com todos os problemas a gente está sempre muito feliz. E aí o significado de ter esse programa de lei de fato, tendo a possibilidade de se tornar uma realidade para esses dois territórios, ela traz também a garantia do reconhecimento numa repartição de um poder público de jirua, que de fato a gente existe aqui, que a gente é daqui, que a gente também está junto para lutar pelos nossos direitos, mas, como eu disse, para lutar pelos direitos do ser humano como um todo, como ter direito a recursos naturais, e que a gente não está aqui há pouco tempo, a gente conhece todas as coisas que estão na natureza, o que é bom para fazer remédio, o que é bom para curar, o que é com para comer, como proteger a água e aí a gente conhece tudo isso. Só que daí a cultura do jirua é muito implacável quando ela quer fazer tirar os recursos naturais que temos em produtos para comercializar. E aí esse programa, Programa Aldeias, e os trabalhos que se propõe como uma lei que de fato não vai mais ficar inseguro a cada mudança de Governo, e isso traz uma perspectiva de um trabalho contínuo, primeiro para a gente guarani, entre nós mesmos, e com outros povos na Cidade, que também moram aqui há muito tempo e também com os próprios jiruas. A gente pode fazer trabalhos bons, com a gente já vem fazendo na aldeia em Caliptu a gente fica recebendo um monte de jirua para plantar, para falar da natureza, para falar do valor da água e todo esse trabalho que vem fortalecendo uma cultura que só quer proteger a natureza, não porque somos bonzinhos, mas porque sabemos que de fato ela consegue viver sem a gente e a gente não consegue viver sem a natureza. E aí isso possibilita a gente fazer todas essas questões.

E aí tem também, que eu escrevi num caderninho, que a minha cultura é muito implacável também em relação a essa cultura de ficar escrevendo. Os mais velhos falam: "você não sabem de mais nada, tem que ficar escrevendo". Mas de fato a gente também está fazendo muita coisa e de fato tem que escrever porque se não lembra. Aí no projeto de lei do Programa Aldeia tem, no capítulo 4, que diz assim: "valorizar e proteger a cultura dos povos indígenas que ocupam as terras incidentes no município de São Paulo, respeitando-a como patrimônio do povo paulistano", como eu tinha falado. Isso é muito forte para mim, de fato, porque daí o povo paulistano entendendo que esses territórios indígenas não são de outro planeta, que não é de marte, não é de mercúrio, mas sim do seu próprio espaço, ele também pode de fato, o povo jirua paulistano também pode fornecer a luta pela questão da proteção desse espaço que tem ainda esses recursos assegurados e que em hipótese alguma, de maneira alguma, jamais, pode colocar em questão a integridade, a generosidade, a honestidade do povo guarani em relação ao que um dia vai se pensar em fazer parceria com Sabesp, ou tipo, eu e a Sônia nossa fotinho na garrafa de água e vender como água sagrada. Isso jamais vai acontecer. E aí o povo jirua pode entrar de fato, como a gente já tem bastante, pode ser só acrescentada a parceria na luta pela proteção desse nosso meio ambiente, que a gente tem lá de natureza e de recursos naturais.

Enfim, eu falo muito; desculpa. Daí vou passar a palavra para outra pessoa. E também a gente está aqui para responder alguma dúvida. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Muito obrigado. Liderança Guarani Bapeai, da Aldeia Tenondé Porã. Quero dizer da satisfação e alegria de termos conosco o ex-Vereador Nabil Bonduki, que é o autor desse projeto. Querido Nabil, tanto a Sônia Barbosa quanto a Geralda Poti nos relataram de como procederam com a sua iniciativa e de como elas colaboraram para você fazer esse projeto e ambas elogiaram, dizendo que está ótimo e melhor que seja aprovado assim mesmo. Então eu próprio, como o Vereador Eduardo Tuma, que está aqui, e a Vereadora Isa Penna, e a Vereadora Sâmia Bomfim somos coautores do seu projeto. Falta ouvirmos o Sr. Cléber Moreira Lopes, coordenador do Programa Aldeias, da Secretaria Municipal de Cultura, que, pelo que percebi, tem uma boa interação com as comunidades indígenas, e que aqui representa o Secretário.

Convido o ex-Vereador Nabil Bonduki para fazer parte da Mesa, ao nosso lado.

O SR. CLEBER MOREIRA LOPES – Boa tarde. Estou na condição de coordenador do Programa Aldeias, pela Secretaria de Cultura. Vim aqui a pedido do Secretário André Sturm, feliz de estar na Mesa ao lado das lideranças indígenas, os demais Vereadores, o Sr. Nabil, que foi também Secretário de Cultura.

Como estou aqui representando a Secretaria de Culturas, quero dizer que o Programa Aldeias tem hoje um formato específico, que não é esse que está no projeto de lei, esse formato específico porque tem todas as questões que são relativas à Secretaria de Cultura.

O programa está em execução, a gente tem aí uma perspectiva dele até setembro. Depois de setembro a gente já tem recursos para poder dar continuidade no programa. Minha participação aqui na Mesa eu posso depois esclarecer como é o ponto de vista do Programa Aldeias da Secretaria de Cultura, mas aí eu prefiro passar a palavra a ouvir as outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Mas pode dar uma breve explicação do Programa Aldeias, por favor.

O SR. CLEBER MOREIRA LOPES – O Programa Aldeias funciona a partir de uma relação que é tripartite. Primeiro com as duas comunidades indígenas daqui da cidade de São Paulo, que é Tenondé Porã e Jaraguá, também com uma organização que foi selecionada para poder dar o subsídio para a Secretaria de Cultura e facilitar nessa relação com a Secretaria de Cultura, porque a forma – a Dirá ate falou um pouco disso – a forma com que o Estado estabelece a relação com as comunidades indígenas, muitas vezes elas são muito burocráticas, e aí tem uma organização que ajuda nessa facilitação do programa. E a Secretaria de Cultura entra com esse aporte e na tentativa de estabelecer uma relação com as demais secretarias que tem trabalho nas duas terras indígenas. Hoje nas terras indígenas temos normalmente um posto de saúde, um CCI e aí estabelecer essas relações, elas são importantes para dar mais sinergia para o trabalho.

O que foi estabelecido lá a partir desse dialogo que foi sempre muito horizontal com as lideranças indígenas, foi um trabalho de fortalecimento da Cultura Guarani. Então apoiamos, principalmente, aí os intercâmbios que são importantes para a cultura Guarani, o intercambio com as demais aldeias guaranis. Apoia os rituais. Os rituais normalmente acontecem na casa de reza e apoiam também alimentação tradicional. São essas as frentes do Programa Aldeias hoje, na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Há três semanas atrás fiz uma visita lá em Parelheiros, e ouvi sim uma preocupação. Será que o Projeto Aldeias vai continuar se fortalecido? Então podemos confiar que a Secretaria de Cultura, Secretário André Sturm, vai dar continuidade ao projeto Aldeias, que para elas é tão importante.

O SR. _____ - Os recursos da Aldeias tinha entrado dentro daquele congelamento inicial e aí tivemos toda essa preocupação. Foi a minha preocupação, foi a minha preocupação, também, e a cerca de um mês mais ou menos, tivemos o descongelamento integral dos recursos, que são suficientes para gente manter o que já estava acordado até setembro e suficiente para abrir o dialogo para construir uma proposta para o próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Passo a palavra ao nobre Vereador Eduardo Tuma.

O SR. EDUARDO TUMA – Bom dia Senador Suplicy, Vereadora Sâmia, nobre Vereador Nabil, e todos os senhores presentes. Vou falar muito rapidamente, sou Vereador pelo PSDB, então pra comprovar que não existe qualquer tipo de questão partidária quando o assunto é mais importante do que qualquer outra questão política e assim o foi quando o Senador, honrosamente me ofereceu a coautoria do projeto, eu de imediato, assinei como coautor. Na verdade, na leitura do projeto de lei, o que eu queria colocar aqui, não só na leitura mas como no trabalho pela sua aprovação, coloco que quero ajudar carregar esse piano. Quero ajudar, principalmente, além da questão temática, muito mais na questão da forma burocrática do nosso processo legislativo, é aprovar esse projeto na forma em que está e dialogar com o Executivo a sua sanção. Acho que é mais importante do que qualquer outra coisa. O que me parece muito proveitoso nesse projeto quando aprovado for, são os artigos 5º e 12. Art. 5º que cria o comitê gestor do programa, e o Art. 12, que traz um núcleo verbal muito interessante que ele diz que as Secretarias que integram o Conselho Gestor deverão criar dotações orçamentárias próprias. É um artigo impositivo que torna lei cogente de em cumprimento absolutamente obrigatório, então me parece que esses são os dispositivos legais nesse projeto, que efetivamente vão garantir algum resultado nesse programa, que tem, inclusive, o meu apoio.

Essa é minha fala, na verdade queria dizer da disponibilidade de poder contribuir e auxiliar esse programa e agradecer a V.Exa. mais uma vez pelo favor que V.Exa. fez a mim permitindo que eu fosse o coautor. porque o nobre Vereador Nabil, porque o nobre Vereador Nabil, guardou para si. Não quis me dar coautoria, mas aí o Senador, um pouco mais experiente, permitiu que assim, eu fosse ficar. To brincando nobre Vereador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado nobre Vereador Tuma, é uma ótima notícia que tem abraçado essa causa também e que se dispõe a batalhar pelos propósitos do projeto, inclusive junto ao Sr. Prefeito para que sancione logo que for aprovada na Câmara Municipal de São Paulo.

Gostaria de pedir a nobre Vereadora Sâmia, para que diga inclusive uma palavra sobre a moção apresentada na semana passada, relativamente ao que aconteceu com os indígenas, tanto no Maranhão como em Brasília moção essa, que eu e outros vereadores também assinamos.

Passo a palavra a nobre Vereadora Sâmia.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Bom dia a todos. Obrigada nobre Vereador Eduardo Suplicy, pela palavra. Não sei se todos tem conhecimento mas na última semana tivemos a primeira reunião da comissão Direitos Humanos, inclusive foi em um contexto em que estava acontecendo varias violações aos direitos humanos em diversas esferas do País e aproveitando nosso encontro aprovamos uma Moção de Repúdio e Solidariedade. Então vou ler alguns trechos dela. “A Comissão extraordinária de direitos humanos da Câmara Municipal de São Paulo, vem a público manifestar repúdio ao ataque perpetrado ao povo Gamela, no Município de Viana, Maranhão. Segundo o conselho de Janista Missionário, foram 22 indígenas do povo Gamela feridos e hospitalizados no Município de Vianna/Maranhão. Foram agredidos com golpes de facão, pauladas, pedradas e tiros. Sendo cinco indígenas baleados e dois que tiveram a mãos decepadas com golpe de facão. Desde 2015, sem qualquer providência do Estado para demarcação de suas terras, o grupo composto por cerca de 1200 pessoas está retomando seu território ancestral nos arredores do Município de Viana, Matinha e Penalva. No último domingo, 30 de abril, fazendeiros reunidos em torno de um grupo que intitularam o movimento pela Paz. Com a participação de político realizaram uma violenta ação contra os Gamelas. Cerca de 13 pessoas, ficaram feridas no ataque, dois indígenas tiveram as mãos decepadas e outros vários ficaram com projeteis alojados no corpo. A imprensa do Brasil e do mundo se mobilizou cobrir o linchamento sofrido pelo povo. Os Gamelas e as entidades de apoio exigem a imediata abertura do grupo técnico para a demarcação da terra Indígena Gamela, pela FUNAI”.

Inclusive gostaria de aproveitar a oportunidade dizer que na última semana alguns artistas, cantores, enfim, eles lançaram uma campanha com um vídeo bastante interessante, se tiver tempo podemos pedir para o pessoal mostrar um pouquinho justamente pedindo a demarcação das terras indígenas no País, com envolvimento do Chico Cesar, Zeca Pagodinho, Zeca Baleiro, Zélia Dunca, enfim, uma série de artistas estão engajados nessa campanha acho, também que seria uma boa oportunidade para que todos nós, nos engajássemos, essa audiência também a nossa comissão de Direitos Humanos pudesse endossar essa campanha que está sendo construída a nível nacional. É isso. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Com a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos. Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar a todos os representantes de povos Guarani, em nome da Gerá, grande parceria que nós fizemos para desenvolver esse projeto de lei e esse trabalho de aproximação, de discussão, que ao longo desses últimos anos nós tivemos, inclusive na gestão do projeto Aldeias, na Secretaria Municipal de Cultura. Gostaria de cumprimentar nosso Senador Suplicy, Vereador agora, mas sempre Senador, e nossos companheiros, Eduardo Tuma, com quem convivi durante quatro anos aqui na Câmara Municipal de São Paulo, a Sâmia, que entrou agora, a Isa, não está presente mais também é coautora. Na verdade acho que há possibilidade da gente fazer projetos de coautoria, sempre é muito importante. Todos os projetos que deixei, vários projetos, inúmeros projetos deixei aqui na Câmara, estão hoje sendo levados adiante por outros vereadores, isso é muito importante, porque na verdade são projetos da Cidade de São Paulo, são projetos que interessam a população e que nós precisamos na verdade reunir esforços para poder viabilizar aquilo que eles pretendem.

Eu ia começar falando exatamente pelo final aqui, pelo que a Sâmia, acabou de referir. Estamos vivendo nesse momento no Brasil, uma disputa, quer dizer, hoje não, a gente vive a 500 anos, mas nesse momento as políticas de proteção aos povos indígenas brasileiros estão sofrendo um ataque muito forte. Depois de muitos avanços que tivemos, temos visto, semana passada a demissão do Presidente da FUNAI, e todos os episódios que se seguiram a isso, próprias denúncias de que existe uma política deliberada, desestruturação da FUNAI, de desestruturação de uma política de proteção aos povos indígenas e também um processo de retardamento da demarcação das terras indígenas. Acredito que esse projeto aqui, essa audiência pública com bastante gente, com apoio de vários partidos, é muito importante, porque ela vai um pouco à contra mão desse processo nacional que precisa ser revertido e que nós esperamos que seja revertido. Porque temos uma dívida, o Brasil tem uma dívida com os povos indígenas que habitavam o País quando os portugueses chegaram, quando se iniciou esse processo de colonização que oprimiu, gerou um genocídio enorme da população indígena brasileira. Essa dívida precisa ser resgatada.

Digo isso, porque, muitas vezes, é a discussão que há hoje no Brasil e que, de alguma maneira, existe ou poderá existir em São Paulo, uma discussão sobre as terras, sobre de quem são as terras. O conflito sobre terra, no Brasil, é muito forte. A terra é hoje um fator importante de afirmação dos povos indígenas, mas, ao mesmo tempo, é disputada por outros interesses. Então eu acho que essa questão é importante para ser politizada e trabalhada, neste momento em que estamos discutindo um projeto de lei numa cidade que tem, vamos dizer assim, quatro aldeias indígenas, com uma história muito ligada ao povo indígena. A nossa cidade foi fundada em cima de um aldeamento indígena. Nós tivemos aqui a presença do tupi como a língua básica da população paulista, nos Séculos XVI e XVII era mais falada do que o português. Há uma raiz importante, apesar de as aldeias serem pequenas e pouco conhecidas.

Nós temos uma história profunda, como os nossos nomes de tantos lugares de São Paulo que são relacionados com o tupi, com o povo indígena, assim como a nossa alimentação. Em suma, não vou repetir aqui o que provavelmente muitos já falaram.

Quero destacar que nós estivemos, aliás, nesses últimos anos, na vanguarda de pensar uma política em relação a esse assunto.

O Plano Diretor de São Paulo protegeu as terras indígenas, estabeleceu que os limites que

estavam demarcados pela Funai, mas ainda não sancionados pelo Ministério da Justiça, pudessem ser estabelecidos no Plano Diretor. Portanto, principalmente na Aldeia do Jaguaré, onde há um conflito importante, esse é um aspecto fundamental para garantir o direito das terras.

O projeto de lei surgiu exatamente a partir dessa primeira experiência que nós tivemos na discussão do Plano Diretor, depois, com a experiência que tivemos, também, na Secretaria de Cultura, com o Programa Aldeias, que é um programa muito importante de resgate da cultura indígena, esse PL busca ter uma política pública articulada e integrada para as terras indígenas.

É uma questão que vale para as terras indígenas, mas vale também para a Cidade inteira. Nós precisamos ter políticas integradas em todas as regiões da Cidade. Esse é um dos problemas da nossa Administração que é fragmentada, por conta das secretarias e do gigantismo da cidade de São Paulo, as políticas são fragmentadas. Então, muitas vezes, essas políticas, quando chegam num território, elas não se conversam.

O projeto de lei, que foi elaborado em conjunto com os representantes e lideranças das aldeias, busca exatamente criar uma política que integre os vários programas que existem. Porque existem programas importantes na área da saúde, na educação, na cultura, precisamos de mais programas na área do empreendedorismo, de economia solidária, de trabalho.

Temos de ter mais programas, mas precisamos também ter isso integrado e com uma política pública de estado permanente, com continuidade, com comitê gestor – como o Vereador Tuma colocou agora pouco -, esses dois artigos são muito importantes.

A integração das políticas, a partir de um comitê gestor, com a participação dos representantes das aldeias e as dotações orçamentárias permanentes poderão transformar, então, essas políticas em políticas de estado, não de governo.

Fico feliz com a notícia de que a Secretaria de Cultura descongelou os recursos do Programa Aldeia, para que ele possa ter continuidade. Isso é muito importante para que possamos, dessa maneira, levar adiante esses programas enquanto Prefeitura de São Paulo.

Quero só enfatizar, Senador, ao final, que essa questão não pode ser tida como menor, porque é importante, fundamental para o Município de São Paulo, não pelo número de pessoas que serão beneficiadas, não necessariamente pelos recursos que virão - porque são pequenos, se formos ver são recursos necessários são pequenos -, mas pelo papel simbólico que tem a consolidação de uma política e a demarcação das terras indígenas aqui no Município de São Paulo.

Tem um papel simbólico, São Paulo tem um papel estratégico no País e ela tem de servir de referência para que a gente evite e combata os retrocessos da política nacional para os povos indígenas que está acontecendo no Brasil.

Então é isso, espero que a gente possa aprovar esse projeto, sancionar, implementar e poder, dessa maneira, avançar muito nessa política para os povos guaranis no Município de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Muito bem. Muito obrigado. Meus cumprimentos. É o nosso compromisso fazer o possível para logo aprova-lo. O Vereador Eduardo Tuma disse que tem o compromisso de fazer logo o Prefeito sancionar.

Vou pedir aos inscritos para serem breves, que a nossa sala está reservada até às 13h.

Sr. Brasil Laerte, Presidente Nacional Mundial Global, Trabalho, Cidades. Por favor.

O SR. BRASIL LAERTE – Eu, Presidente Nacional e Mundial da União Global Seguro dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cidade, que é a Uniglobal Trabalho e Cidades. Primeiramente, quero parabenizar Senador Suplicy, os demais Vereadores, as demais autoridades da mesa, todos e todas presentes.

Acho que toda vida, tanto na água quanto a terrestre, faz parte, vamos dizer, do Cosmos. No Planeta Terra nós só estamos de passagem, somos todos índios. Hoje, vamos dizer, estamos vendo a maior violência e agressão. Tomam as terras dos índios, não só aqui em São Paulo, como também em todo País.

Nós vemos o Michel Temer, com seus comparsas, implantou a 287 que vem desmontar todo o sistema previdenciário do País. Aprovou a 55, distribuindo propinas para os deputados de vários partidos, para aprovar a 55 que vai congelar as políticas públicas durante 20 anos. Vai prever, só com o congelamento, em 2020, vamos chegar no País a mais de 20 milhões de pessoas desempregadas.

Mas voltando aqui, Senador, temos todos de ficar alertas, porque o Michel Temer, além da 287, tem uma PEC bem perversa que vai encaminhar para o Congresso, que vai regulamentar todos os grileiros do País, inclusive a família dele. Vai vender as terras da União a preço de banana e tomar as terras dos índios em todo território do País. Acho que temos de ficar em alerta, toda a Nação brasileira.

Mas voltando ao PL, porque há muita gente para falar. É extraordinário o PL que o Nabil apresentou, mas acho que, vou apresentar aqui, se cabe ou não, aos coautores desse projeto lei, tendo dois artigos que outorga ou incumbe os poderes públicos, municipais e estaduais, garantir as políticas públicas nas quatro aldeias indígenas. São as políticas de educação, saúde, cultura, instalando UPAs, unidade 24 horas e UBs, nas quatro regiões.

Desenvolver o empreendedorismo garantindo políticas de segurança física das comunidades indígenas, nas quatro aldeias, inclusive políticas de segurança para assegurar o seu território, as suas terras.

Era o que eu tinha para dizer.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Muito obrigado Sr. Brasil Laerte.

Passamos a palavra à Pagu Patrícia Rodrigues, militante indígena, e assessora desse Vereador que tanto contribuiu para o sucesso desta audiência. Ela é a principal responsável, na verdade.

A SRA. PAGU PATRÍCIA RODRIGUES – (Palavra pronunciada em língua indígena) Bom dia. Queria primeiro começar cumprimentando o Vereador Nabil, pela iniciativa do PL e todos os demais Vereadores, incluindo o meu, por se disporem, de fato, a ajudar esse processo a tramitar na Casa.

Queria apontar algumas coisas que acho importantes nesse PL. Vou partir da fala do Nabil. A gente está vivendo um período de desmonte da Funai e da política pública. Acho que, mesmo aqui em São Paulo, nesses seis meses, a gente já tem visto um desmonte da máquina pública que é bastante razoável, no que tange a executar e gerir políticas públicas para a população paulistana.

Eu queria atentar para algumas questões: as mulheres indígenas compõem 48% da população aldeada e 53% da população não aldeada. Ou seja, são praticamente a maioria nas duas frentes da população indígena, os aldeados e os não aldeados.

Eu queria sugerir a inclusão de um inciso, baseado na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, que trata, justamente, da valorização das mulheres indígenas e do trabalho que elas realizam na comunidade indígena.

Ainda que esteja presente no PNGATI é importante que conste no nosso PL, porque a gente sabe que o trabalho das mulheres é fundamental não só para a população indígena, mas em toda sociedade, para continuidade mesmo das relações sociais, de trabalho, culturais, o trabalho de cuidado, de reprodução e trabalho produtivo das mulheres, fundamental em todos os processos de constituição social.

Queria indicar a inclusão desse inciso, depois eu posso propor a redação, mas é basicamente o reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres indígenas, do uso dos seus conhecimentos e práticas para proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais. Aí eu incluiria: sociais e culturais, imprescindíveis para o bem-estar e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas.

Quanto a essa questão mais diretamente sobre a política pública, eu queria levantar um debate em relação ao artigo 5º. A gente tem aqui a representação da Coordenação de Igualdade Racial, mas eu incluiria a Coordenação de Políticas para as Mulheres, que hoje está dentro da Secretaria de Direitos Humanos. E, diria, num parágrafo único, em relação à possibilidade de

que essas duas secretarias voltem algum dia a existir e de que elas algum dia assumam esse conselho gestor; mas hoje eu incluiria essas duas coordenações dentro de Secretaria de Direitos Humanos. Então seria, no art. 5º, acho que o "f", da Secretaria de Promoção, substituiria o de Direitos Humanos, "a" e "b", coordenação de igualdade racial e de política para as mulheres, considerando o que eu tratei no início da minha fala.

Por fim, no art. 14, eu queria trazer uma problematização.

Eu acho que podemos debater sobre a gestão do programa até o PL voltar em segunda. O que estamos dizendo é que o programa poderá ser executado por meio de convênio ou outra forma de parceria com organizações especializadas. E temos, de fato, organizações muito sérias e muito especializadas no trabalho indianista, mas isso é uma coisa que deve ser administrada pelo próprio estado.

Temos muita dificuldade na cidade de São Paulo, e mesmo no período em que eu trabalhei com política para as mulheres, em ter uma política integrada sobre a questão indígena, uma política municipal integrada para a população indígena. Acabamos tendo ações importantes, mas pontuais, e, muitas vezes, isoladas em secretarias que só o Conselho Gestor não resolve. Acho que talvez atribuir à gestão direta esse programa – a uma Secretaria, a uma frente de governo – seria fundamental, já que estamos falando de institucionalizando de uma política mais integral e mais transversal para a população indígena.

São sugestões que eu queria colocar no debate. E acho que podemos, a depender, criar uma comissãozinha com representantes indígenas, especialistas, inclusive, o próprio Vereador Nabil, para que a gente possa desenrolar os passos das contribuições que eu trouxe aqui a esse PL.

Obrigada, e um bom dia a todos e a todas.

(Palavra pronunciada em língua indígena) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Muito obrigado, Pagu. Acho que seria interessante que o Nabil pudesse dialogar com você e com as lideranças indígenas nesse próximo dia, possivelmente antes da segunda votação definitiva.

Queria também agradecer à Maria Lúcia e a todas as pessoas que nesta comissão estão ajudando para o bom desempenho desse nosso encontro.

Passo a palavra ao Sr. Mário Bortotto, assessor do Vereador Toninho Vespoli.

O SR. MÁRIO BORTOTTO – Boa tarde a todas e todos.

Quero dizer que o Vereador Toninho Vespoli participou ativamente junto com o Senador à época da questão da demarcação das terras do Jaraguá. Foi uma vitória; mas, em seguida, o governo estadual judicializou e até hoje isso não está resolvido.

Quero dizer também que o Vereador assina como coautoria esse projeto com muito carinho, porque é uma causa, para nós, muito importante, até porque conseguimos, no Plano Diretor, discutir um instrumento, o TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem –, que engloba as aldeias do Jaraguá e a região de Perus. Eu, como militante dos movimentos sociais da região, participei disso, e é muito importante para nós essa causa.

Acho que o projeto é fundamental, importante, mas desde que saia do papel, porque, infelizmente, muitas coisas no nosso país, na nossa cidade, não saem do papel. E acho que esse conselho gestor tem um papel fundamental de criar um grupo de trabalho que se constitua como uma força-tarefa para discutir principalmente a questão das aldeias do Jaraguá, que é onde eu tenho a militância próxima e conheço um pouco mais.

É fundamental se fazer um trabalho de saneamento básico naquelas aldeias, porque corre o risco de não ter mais aldeias. Se não for feito esse trabalho, a vida naquelas aldeias vai se perder.

O conselho gestor tem um papel de articular, inclusive, políticas com o governo do estado, que, infelizmente, até hoje, não dá a mínima para a aldeia e para os indígenas. Nós tentamos, por meio do Instituto Florestal, abrir uma conversa para que houvesse um espaço na aldeia para que os indígenas pudessem vender os seus artesanatos, apresentar alguma reza, alguma dança, na entrada do Parque Estadual do Jaraguá, e não conseguimos nem fazer a reunião. Então é importante que o governo do estado dialogue, que esse conselho tenha clara a tarefa

de dialogar com o setor do governo do estado, para que faça alguma coisa para mostrar os indígenas da cidade de São Paulo.

Outra coisa fundamental que também não foi feito, e isso já faz mais de um ano: nós pedimos para o CET colocar sinalização das aldeias do Jaraguá. Se você vai à zona Sul, ainda tem alguma sinalização. Ninguém sabe que as aldeias existem no Jaraguá, porque não existe uma sinalização. E para isso não se gasta nada.

A outra questão é a limpeza dos córregos. É fundamental que a Sabesp entre nessa briga, que a Sabesp colabore com isso.

Outra coisa é a questão da lei dos alimentos orgânicos para as crianças. Temos, no Distrito do Anhanguera, não ainda um assentamento, mas um acampamento do MST que está pronto para produzir alimentos orgânicos e levar para as aldeias, principalmente.

Tem ações em que não se gasta quase nada. Não adianta só uma secretaria ou o conselho gestor, precisa ter uma força-tarefa para realizar ações urgentes na aldeia do Jaraguá.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Mário Bortotto. Queria sugerir que possa ser preparado um ofício ao Governador. E nesta reunião que teremos na próxima semana, acredito que o Vereador Toninho Vespoli possa me acompanhar, poderíamos até levar esse ofício, assinado pelos Vereadores aqui presentes, com essas sugestões que você acabou de citar.

Passamos a palavra à Sra. Dulcineia, do Instituto Rogacionista, e da Coordenação do C2 (?) e do CECI do Jaraguá.

Acho que a senhora estava presente no começo, quando eu mencionei da importância de se melhorar o CECI.

A senhora pode, por favor, dizer o seu nome completo, porque aqui está escrito Dulcineia apenas.

A SRA. DULCINEIA - Boa tarde a todos. Eu sou a Dulcineia Pastrello, e aqui estou representando o Instituto Rogacionista, uma organização social que há um ano e quatro meses assumimos a administração do CEI e CECI.

Fiquei feliz por estar aqui. Eu fiquei sabendo ontem à noite do convite, então acabei dando um jeito de vir, mas poderia ter me preparado melhor e ter trazido o pessoal da aldeia de cima para acompanhar. Mas fiquei feliz em estar aqui porque a sensação que eu tenho é de total abandono. Estou há um ano aprendendo, conhecendo, lendo sobre essa questão indígena, principalmente ali do Jaraguá, e a sensação que temos é de total abandono mesmo. É muita coisa que precisa acontecer ali, como ele mesmo acabou de falar.

Quando nós assumimos o CECI, em janeiro do ano passado, todo mês morriam crianças de desnutrição. Então passamos mais de seis meses sem entender, sem conseguir ver como iríamos reverter esse quadro. Não dava para, todo mês, a gente chegar e “morreu mais um”, “morreu mais um”, “morreu mais um”. Até a gente começar a pegar isso de frente e ver que tinham 25 crianças nessa situação, sendo que 14 frequentavam o CECI. E tivemos que brigar muito, mas muito, muito, muito para essa história ter fim. E graças a *yanderu*, como eles dizem, ao nosso Deus, também é ação de todo mundo que, desde agosto do ano passado, não morreu mais nenhuma criança de desnutrição nem na aldeia de baixo e nem na aldeia de cima. Mas é uma ação que foi muito sofrida. Chamamos a Defensoria Municipal, a Estadual, a da União. A única pessoa que está conosco, que vai lá quarta-feira para ver essa história do CT-DSV... a DPU vai estar lá – chamamos, e vamos, quarta-feira, à tarde, conversar. Chamamos a Estadual para ver a questão da Sabesp, saneamento, que nunca mais apareceu lá. Então estávamos sozinhos.

O Nabil nos ajudou muito quando teve a inscrição do Projeto Aldeia. Nós, na época, escrevemos o projeto, mas não tínhamos muita noção de como seria, porque queríamos reformar a parte de cima do CECI. E estamos lidando com dinheiro público, reformando CECIs, com a Secretaria da Educação, que está à frente disso. Mas levamos o ex-secretário da educação e o ex-secretário da assistência social lá para conhecer. Fiquei surpresa, porque o Chalita, na época, dizia que não sabia nem que era da pasta dele, não conhecia o espaço.

Porque sabemos que não dá para ser uma ação só da cultura, não dá para ser uma ação da assistência social ou da educação, porque tem que ser de todo mundo.

A fala do Nabil eu fiquei aplaudindo, porque era tudo o que eu queria falar. A fala da Patrícia, agora, também. E eu estou muito emocionada por saber que não estamos sozinhos, e que podemos melhorar, sim, pararmos de ver as crianças morrerem naquelas aldeias.

Precisamos agitar tudo isso que está acontecendo, porque lei existe já, muitas. Os coordenadores, as lideranças da aldeia vivem dizendo para mim: "pegue lá na Constituição; no artigo tal está escrito que temos direito". E as coisas não acontecem. Pelo contrário, só vemos a mídia detonando com eles, tanto a escrita quanto a falada. A mídia detona, fala horrores do que acontece na aldeia, a polícia vive em cima da gente, querendo que a gente fale isso e aquilo, a gente vive em cima da Funai, e não tem resposta nunca da Funai. Olha, estamos totalmente abandonados. A sensação que eu tenho é que estamos abandonados na aldeia do Jaraguá, tanto na de cima quanto na de baixo. Eu estou dizendo por mim, viu, Sônia, por mim, Instituto Rogacionista; não estou dizendo pela liderança, não conversei isso com as lideranças – uma pena não estarem aqui. Como Instituto Rogacionista, estamos muito preocupados com o que vemos lá todos os dias. Não estou todos os dias lá, mas vou quase semanalmente para lá – vou lá quarta-feira junto com a DPU; vou estar lá sexta-feira, que tem a parada dos educadores no CECI. Estamos tentando fazer a associação deles, com a Patrícia e o William à frente. Aliás, a nossa ideia é um pouco isso que a Patrícia estava falando: o Instituto assumiu a parceria com a Secretaria Municipal de Educação porque lá não tinha mais nada para fazer, não tinha ninguém para assumir, e, infelizmente, não poderia ser direto, então nós assumimos. Mas a nossa ideia é fortalecê-los. O prazo do nosso convênio é de 60 meses, mas gostaríamos de, antes disso, passar todo esse controle para os próprios coordenadores da aldeia. Não é intenção nossa continuar. Estamos tentando fazer a reforma.

Acabei de escrever um projeto para a Abrinq. Na verdade, eu quis mais é chamar a atenção da Abrinq para a questão da desnutrição, porque a proposta não cabia no edital deles, mas eu pensei que temos que começar a gritar, falar, não como a mídia fala, mas falar de outro jeito, mostrar e dar soluções. Então escrevi para a Abrinq, e fomos selecionados pela Abrinq para reforçar a história da desnutrição. Vamos reformar a cozinha comunitária lá de cima, que a ideia é essa, fazer a comida deles da cultura. Vamos trabalhar com as mães que estão com as crianças ainda em desnutrição. Nós contratamos uma nutricionista, que a nossa verba terminava em abril, e escrevendo o projeto para a Fundação Abrinq vamos conseguir ficar mais dois anos com uma nutricionista nossa que está aprendendo toda a questão da cultura.

O mais importante a dizer é que, desde agosto, conseguimos parar um pouco. Mas é como ele acabou de colocar: se não mandarmos, tudo o que eles querem vai acontecer, que é a extinção do povo. O que eles querem é a extinção do povo guarani, principalmente quando não se permite que aquelas pessoas se expandam mais, porque do jeito que eles estão apertados lá, a quantidade de cachorro que tem lá, a quantidade de gatos, a questão das doenças que estão vindo.

Desculpem se eu me alonguei. Mas estou feliz por ter recebido o convite, mesmo em cima da hora. E quero dizer que o Instituto Rogacionista quer fazer parte, sim, de todas as ações que vão ter daqui para a frente. E dizer que se não garantirmos que nesse documento se coloque o que a Patrícia já disse e o que o Nabil colocou, corremos o risco de termos mais uma lei que não vai ser cumprida. Porque as leis estão aí, elas só não estão sendo cumpridas. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sra. Dulcineia. Queria sugerir de a senhora, se possível, encaminhar um diagnóstico de como está tanto a CE2 (?) quanto o CECI do Jaraguá, para que possamos encaminhar ao Secretaria de Educação e ao Prefeito a demanda que se faz necessária para melhorar essas instituições pelas quais agora a senhora está responsável. Muito obrigado e parabéns.

Vamos para a conclusão de nossa reunião. Antes, porém, passarei a palavra à Sra. Sônia, para uma breve palavra. Por favor.

A SRA. SÔNIA BARBOSA – Só reforçando o que a Dulcineia falou.

Realmente estamos numa situação muito difícil na aldeia do Jaraguá. Quem nos conhece, os parceiros que estão aqui – Tiago, Flavinha, a própria Pagu, você, o Gui, o Lucas, o pessoal que tem no Deporã (?) –, realmente, a aldeia do Jaraguá é uma das aldeias mais complicadas que tem, mesmo eu morando lá, porque nós temos 468 cachorros. Já procuramos o Ministério Público, Subprefeitura, CCZ e ninguém nos dá resposta. É como se lá fôssemos um lixão onde se joga qualquer coisa ali. O saneamento básico, a Dulcineia está presente, o Tiago registra as coisas, o Gui já viu a situação de ter o esgoto a céu aberto dentro da comunidade. Então, quanto as crianças pegam algum tipo de vírus, é por causa desse saneamento básico que não é feito. Então o vírus é resistente a medicamento, a criança morre em uma semana, não adianta nem levar para o hospital, porque já chega em óbito. Então, realmente, a Aldeia do Jaraguá... É fácil jogar na mídia que somos isso, que somos índios, que somos favelados, mas ninguém está lá para ver o que passamos. Somos nós que pagamos os que os outros falam. É fácil eu vir aqui, em uma audiência pública, e ter de expor a comunidade, às vezes. Temos de expor o que está acontecendo. Vivemos cercados de favelas, sendo ameaçados 24 horas por dia. Eu estou sendo ameaçada. Eu vim para o trem de carro, porque eu não posso ir comprar um pão, na padaria, que pode parar um carro e me ameaçar. Ameaçaram o meu marido. Ameaçam todo mundo. Um Promotor de Justiça, que manda um rede de televisão, como a Rede Globo, chegar lá e denunciar a comunidade! Quer denunciar, denuncia cinco, seis. Lógico que a comunidade tem problemas, Vereador. Tem. Qualquer comunidade tem problema, mas no Jaraguá parece que explícita a coisa. Qualquer coisa, qualquer ato, que nem esse ato que fizemos, tudo que fizemos e tiver o nome do Jaraguá incluído: "Aí, estão vendo esses índios aí".

Eu vou especificar o que eles falam de nós: somos vagabundos, alcoólatras, pedófilos. Eles generalizam toda a comunidade. Não pode generalizar uma comunidade. Eu, como mulher e como mãe, não uso drogas, não bebo, não fico em bar, não uso..., não vou para a favela comprar droga. O meu marido também não. A minha filha também não. Mas generalizam a comunidade inteira por isso. E hoje pagamos o preço. Pagamos o preço de que forma? O órgão público não vai lá. As pessoas começam não nos ouvem. As pessoas leem essas coisas e: "Ah, então eles são isso". Nós não somos assim. Lógico que a comunidade tem cinco, seis ali que, realmente, estão errados. Mas não pode generalizar uma comunidade inteira, Vereador. Não pode. Por mais trabalho que temos... Eu sou liderança. Eu faço parte de... Quantas audiências eu estive aqui. Fui na audiência pública lá na Assembleia Legislativa. O Gui estava presente e viu o que eu falo, o que falamos. Só que parece, Vereador, que cada vez que nós nos pronunciamos, é como se eu estivesse protegendo coisas erradas que acontecem ali. Eu estou expondo a aldeia, como pessoa. Estou sozinha aqui representando a Aldeia do Jaraguá. Eu ponho a minha cara a bater, porque temos de fazer algo em relação àquela comunidade. A Subprefeitura, que tem o Ivan, hoje, como Coordenador, nos deu as costas novamente. Eu passei para o Subprefeito a nossa necessidade de placas de identificação. Ele virou as costas para nós. Ele foi reclamar do manifesto que estávamos fazendo na rua: "O que vocês estão fazendo na minha área? Vocês estão bagunçando tudo". Só que, na hora de vir nos ajudar, de nos ouvir, eles não querem. Estamos, realmente, pedindo socorro para a Aldeia do Jaraguá. Algo tem de ser feito. Mudanças têm de ser feitas ali dentro. Por mais que o Programa Aldeias... Por isso que eu falo, o Programa Aldeias é fundamental em nossa vida, para aquele lugar, porque através do Programa Aldeias, nós conseguimos fazer algumas implementações culturais dentro da comunidade. Mas, mesmo assim, Vereador, por mais que façamos, é como se algo não desse valor a isso.

Eu estou, hoje, me expondo, expondo a minha comunidade, porque até mesmo parentes nos recriminam. Não se pode generalizar uma comunidade inteira por algo, às vezes, de ruim que está acontecendo lá dentro, porque têm pessoas boas, têm pessoas que querem mudar aquele lugar. Eu quero mudar aquele lugar, só que eu não consigo sozinha. Eu não consigo sozinha. Eu preciso do Vereador, eu preciso da Pagu, eu preciso de todos aqui. Nós temos de mudar aquele lugar para melhor, porque ali têm pessoas que, realmente, querem uma vida melhor, principalmente as crianças. O pajé José Fernandes está sofrendo com tudo isso e eu tenho fé.

Eu preciso que o senhor me ajude. Eu preciso que o senhor mude aquele lugar, de uma forma ou de outra. Nós realmente precisamos. Estou pondo a minha cara. Sou eu, Sônia, sozinha, falando em nome da Aldeia Indígena Jaraguá.

Temos uma área que é Itacopé. Não tem luz. Tem água da nascente e está acabando. Até precisam ir pessoas para lá, para esvaziar, um pouco, aquela aldeia de cima, porque aquilo não é vida de ser humano. O ser humano não vive daquele jeito. Povo indígena, povo guarani não vive daquele jeito. Não vive. Aquilo é uma sobrevida, não é uma vida.

Então, eu peço, hoje, na frente do Vereador, na frente de todo mundo, estou pondo a minha cara, pode chegar e falar assim: "A Sônia falou assim da aldeia". Eu me responsabilizo pela aldeia em que vivo, porque temos de mudar, Senador, o nosso modo de vida, o pensamento das pessoas. Eu não estou querendo me fazer de vítima. Eu só quero mudança. Quero mudança daquele lugar, porque precisamos mostrar: "Poxa vida, a Aldeia do Jaraguá era assim. olha como ela está hoje". É isso o que eu quero para esse povo. É isso. Mostrar que somos populações indígenas que queremos um país melhor, uma vida melhor, sermos dignos de um povo... Porque o Parque Nacional do Xingu não é daquele jeito, mas eles vivem como povo. O xavante vive como povo. Por que o Guarani não tem de viver? Guarani está vivo. Guarani faz parte deste país, faz parte do Brasil. Por que ele tem de viver naquela situação subumana? Subumana?

Tudo o que pedimos são coisas simples. Coisas que o próprio Órgão Público consegue fazer, mas é muito mais fácil ele virar as costas e negar: "Deixa eles viverem da forma como estão. Dali, eles morrem, eles se viram ali". É isso, Senador.

Não podemos. Precisamos, realmente, de ajuda. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Terão o nosso apoio.

Gostaria de convidar tanto a Sônia Barbosa, quanto a Jerapoti, para acompanhar-nos na visita ao Palácio dos Bandeirantes, que será realizada dia 18 - depois a Pagu lhes dará as informações -, para que levemos esses problemas todos. Inclusive, gostaria, até, que os representantes, aqui, do Governo – Almeida Santos e também a Adriana e João Batista – possam levar esses apelos da Sônia, relativamente à desatenção que, por exemplo, o Prefeito Regional do... Qual o nome dele mesmo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Ivan. E eu próprio procurarei falar com ele sobre essa questão.

Gostaria de programar, se você achar adequado, uma visita minha à Aldeia, no próximo domingo, antes da audiência.

Então,... Olha, nós já deveríamos ter terminado, mas eu quero passar a palavra, ainda, à Jerapoti e ao Nabil, para concluir, porque estamos ultrapassando o tempo da reserva desta sala para esta reunião.

Por favor, Jerapoti. Tenho de pedir brevidade, porque já esta sala já está programada para outra reunião agora.

A SRA. JERAPOTI – A gente tem esse problema, né. Mas, de fato, queria colocar duas questões que acho são importantes - por ser liderança e, também, por conhecer a realidade, tanto de Jaraguá quanto do território de Parelheiros.

Aí, estou aqui com a Sônia, que é liderança, não é do povo Guarani, mas está no povo Guarani, morando na Aldeia Guarani há muito tempo. Então, ela já é, faz parte da Aldeia, faz parte do povo. E, aí, por esse sentimento sincero também, queria colocar, aqui, para a Sônia e para todos os juruás aqui presentes, principalmente para aqueles juruás que acham que, vendo o Jaraguá como está, de fato vão ajudar levando roupa, comida, ração de cachorro, caminhão de leite, caminhão de carne, essas coisas. Daí, eu quero colocar isso na minha sinceridade, por conta de que é o meu povo também.

E, aí, então, a partir do momento que, de lá, parceiro lado Jaraguá, parar de tratar Jaraguá como os Estados Unidos tratam a África, de fato vai mudar. Daí, então, todas as questões ditas aqui, sobre o Jaraguá, Sônia, não vão mudar enquanto vocês estiverem naquele confinamento. Porque o que tem de ficar, de fato, claro é que o povo Guarani, assim como todo povo humano,

não foi feito para ficar preso. Se ficarmos presos, aqui nesta sala, por dois meses, vamos enlouquecer, por mais que tenhamos coração bom, por mais que tenhamos consciência política, cultural, social – as nossas civilizações diversificadas, culturalmente falando. Mas, então, o problema, para mim, liderança Guarani, e assim tentamos fazer várias vezes. E uma das ações, das lideranças do território Tenondé Porã, foi retomar uma aldeia antiga para a população do Jaraguá, principalmente.

Então, conseguimos levar o José Fernandes, que é o Cacique e o Líder Espiritual mais conhecido no povo Guarani, porque, conseqüentemente, muita gente sairia do Jaraguá e, assim, diminuiriam os problemas. Mas o que acontece? Muitas lideranças do Jaraguá, que não é a Sônia, trouxeram de volta um tiramoen (?) que estava na cachoeira, no mato, com a natureza, feliz, de volta para o Jaraguá para usá-lo. De volta para usá-lo, porque acho que com ele lá as coisas vão melhorar. Só que não.

E, aí, então, o que eu estou falando para o de lá, que vai para o Jaraguá, é falar para parar de apoiar os Guaranis nesse sentido, de levar doações. Tem de tratá-los com dignidade e, assim, forçá-los a reconhecer que são pessoas (Palmas)... de força, de conhecimento cultural. E se vocês, que vão ao Jaraguá, ou conhecem quem vai para o Jaraguá levar doação e acha que vai para o céu ou que de fato está ajudando, eu convido para ir lá em Marsilac, na aldeia de Marsilac para ver como é que as famílias do Jaraguá que se mudaram para lá estão vivendo. Têm adolescentes que usavam bebida alcoólica, fumavam maconha, eram violentos com a mãe. E uma das mães está lá, e mudou completamente. É muito mais do que Vereador ajudar, Sônia, senador ajudar, Prefeitura ajudar, Estado ajudar, Ceci ajudar. Pode criar tudo lá, Secretaria da Mulher, Delegacia da Mulher, atendimento ao idoso, às crianças desnutridas, porque eu sei, eu já fui várias vezes no Jaraguá, as casas de lá você não consegue entrar de tanta roupa que tem dentro. A comida estraga e ainda assim a criança morre de desnutrição. Então, isso é uma questão de doença psicológica, doença espiritual que deixa as pessoas viverem num mundo superficial que não tem força nem para alimentar o seu filho.

O que proponho efetivamente, Sônia, enquanto liderança do Jaraguá é que a gente faça uma grande reunião, com seminário talvez, um encontro só com lideranças guarani para avaliar de fato o porquê de estar acontecendo tudo isso. E novamente para trazer trabalhos com o objetivo de mudar. E uma das coisas que garanto para mim, para você e para todo mundo que está aqui, de fato, repito, enquanto tiver aquele confinamento de pessoas em 0,75 hectares, pode fazer o que quiser. Todo mundo que está aqui pode colocar mil reais na mesa que vou comprar comida e não vai resolver nada. Amanhã posso levar um caminhão de roupa, não vai resolver nada, leite.

E também, enquanto lideranças indígenas temos de pensar de fato onde está o problema. E com isso concluo que o problema maior é a falta de demarcação para o povo indígena no Brasil, porque é isso que confinou o Jaraguá desse jeito que está. Se a terra tivesse sido continuamente ampliada ou de longa data tivesse garantido para um povo tão ampliado territorialmente falando isso não estaria acontecendo. Mas quem não vai se acostumar com isso. Só que os Guaranis acordam, a gente tem de acordar. Tem um monte de famílias Guaranis vivendo super bem no Marsilac, muito felizes e saudáveis. Tem de fazer esse fazer esse trabalho. Então, parem de levar doação para o Jaraguá. (Palmas)

A outra questão é que queria colocar algumas questões para Pagu que trouxe as pontuações dela, acho pertinentes, importantes, mas enquanto liderança Guarani, participando de diálogos abertos, demorados e cansativos, para mim, pela pouca experiência que tenho na cultura do Juruá, acho que teríamos de lutar para aprovar o PL do jeito que está. E ela também tem principalmente o ponto de vista dos Guarani, que ela não pode ficar engessada. Ela tem de sofrer mudanças, inserir, tirar, e politicamente falando, pela experiência e pelo momento da opressão política atual contra os nossos direitos, parece muito melhor lutar para aprovar do jeito que está e depois começar a mudar. Eu garanto para a Pagu e para todas as mulheres aqui que no território Tenan Depuran a questão da mulher está linda. Eu garanto essa parte com PL ou não esse direito da mulher. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Estamos estourando o horário. Vereador

Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu vou ser muito rápido. Eu acho que a questão de mudança ou não do projeto é uma discussão que tem de ser feita com os representantes das lideranças. Eu quero pedir para a Maria Lúcia que está assessorando a Câmara e me assessorou no mandato, que acompanhou essa questão, que se puder acompanhar essa discussão para poder realmente o mais rápido possível aprovar o projeto. É muito importante, é simbólico aprovar o projeto de lei em São Paulo nesse momento em que há um ataque aos direitos indígenas. Então, acho que essa questão pode ser encaminhada sim por mim, estaria aberto a mudanças, não tem problema algum. É uma questão de coletivamente chegar ao melhor texto num prazo menor possível.

Só queria enfatizar, senador, uma questão que é muito importante. A Gera falou o que eu ia falar sobre o Jaraguá. Eu acho que o Jaraguá tem um problema fundamental que é o conflito de terras, interesses imobiliários e fundiários muito grandes naquela região. É isso que inclusive nós nos contrapusemos no plano diretor para demarcar o território como tem de ser porque não dá para a aldeia continuar confinada naquele território. Essa é uma questão urgente e fundamental, que está muito além desse projeto de lei. Essa é uma questão fundamental e obviamente que nessa conversa com o Governo do Estado era importante que houvesse um entendimento com o Governo do Estado porque a agilização dessa questão obstrui qualquer possibilidade de resolução do problema da aldeia do Jaraguá, fora todas as outras políticas que têm de ser feitas. Existe uma questão de território, quer dizer, a aldeia Jaraguá está dentro da cidade, dentro de uma área de expansão, inclusive, de interesse imobiliário que nós, no plano diretor, batalhamos para que aquela região fosse excluída de uma área que seria um eixo de desenvolvimento. Ela foi excluída, foi protegida, mas não basta proteção municipal, tem a demarcação nacional e tem a questão da propriedade das terras.

Acho que essa é a questão fundamental ali, no fundo é a mesma questão que está acontecendo no Maranhão. No fundo é a mesma, com a diferença na maneira de matar a aldeia, é mais sutil, não é tão direta. Até levar a um eventual deslocamento da população. É o que a Gera falou aqui. O povo tem direito àquela terra. Para se deslocar dali, que já foi proposta no ano passado, retirar a aldeia dali, seria abrir mão desse direito originário do povo Guarani. Não tenho dúvida que a condição de vida pode ser melhor em outro lugar, mas tem um direito que precisa ser garantido e é a questão, dependendo do projeto de lei, que deve ser enfrentado pela Câmara, e pelas lideranças todas dos povos indígenas e implementar uma política que for decidida por eles. Obrigado. (Palmas)

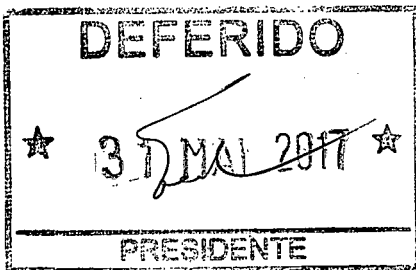
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Quero agradecer a presença do Nabil Bonduki, da Adriana Rivera, Daniel Almeida Santos, da Vereadora Sâmia Bomfim, Sônia Barbosa, João Batista, Gera Poti, Kleber Moreira Lopes.

Todos os representantes do governo municipal puderam ouvir os clamores e anseios dos povos indígenas Guarani. Agradeço a presença do povo que lotou esta sala numa audiência que tenho certeza foi muito positiva e espero que signifique um avanço para a causa indígena. Muito obrigado a todos. (Palmas)

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência.

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) rubricado(s)
sob nº(s) 126 a 127 e
folha de informação sob
nº 22, 06/17

Marcia Gazzi
Auxiliar Técnico Administrativo
RF 51.829



Marcia Gazoti
RF 51.839



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Gabinete da Vereadora Sâmia Bomfim

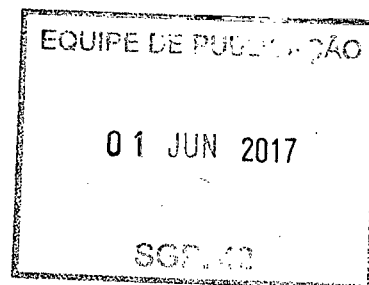
RDS

704/2017

Senhor Presidente,

Solicito coautoria ao PL 181/2016, que institui a política municipal de fortalecimento ambiental, cultural e social de terras indígenas.

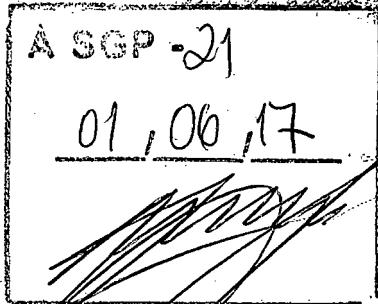
Sala das Sessões,



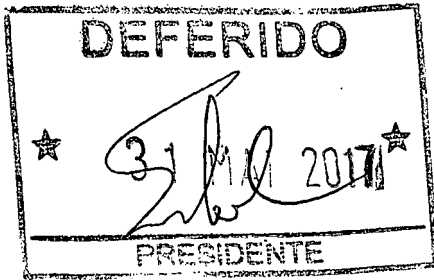
S
**SÂMIA BOMFIM
VEREADORA - PSOL**

Antonio Donato
**ANTONIO DONATO
LÍDER DE BANCADA - PT**

1826 29/05/2017 018562 - Protocolo Legislativo - SGP. 22



Antonio Isoldi Caleari
Supervisor - SGP. 22
RF 11.300



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 127 do processo
nº 181 de 2016

Marcia Szoti
Rf. 51/529

RDS nº

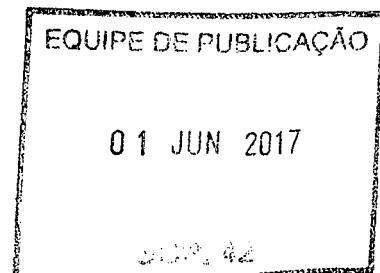
RDS

714/2017

Requeiro nos termos regimentais coautoria no **PL nº 181/2016** do vereador Nabil Bonduki (PT), que INSTITUI A POLITICA MUNICIPAL DE FORTALECIMENTO AMBIENTAL, CULTURAL E SOCIAL DE TERRAS INDIGENAS.

Antonio Biagio Vespoli
Toninho Vespoli (PSOL)

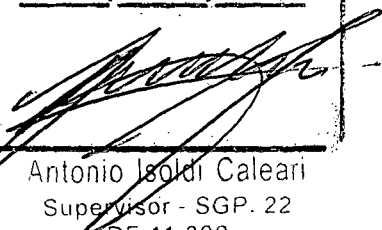
De acordo,



Antônio Donato
Liderança do PT

[Handwritten signature]

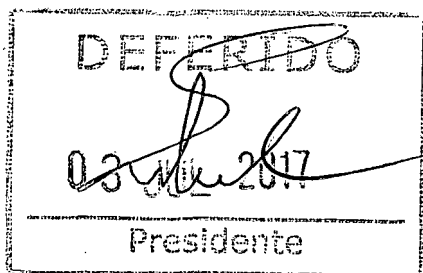
18:10 30/05/2017 018630 - Protocolo Legislativo - SP-22

A SGP - 21
01,06,17


Antonio Isoldi Caleari
Supervisor - SGP. 22
RF 11.300

Supervisor autuado(s), nesta
data, documento(s) rubricado(s)
sob nº(s) 128 e
folha de Informação sob
nº 05.07.17

Marcia Gazoni
Auxiliar Técnico Administrativo
RF 54.739



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Gabinete da Vereadora Sâmia Bomfim

Folha nº 128 do processo
nº 181 de 2016
Marcia Gazoti
RF 51.539

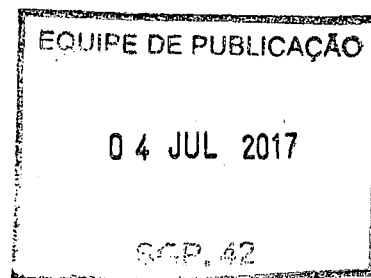
RDS

RDS
886/2017

Senhor Presidente,

Solicito coautoria ao PL 181/2016, que institui a política municipal de fortalecimento ambiental, cultural e social de terras indígenas.

Sala das Sessões,



**SÂMIA BOMFIM
VEREADORA - PSOL**

**ANTÔNIO DONATO
LÍDER DE BANCADA - PT**

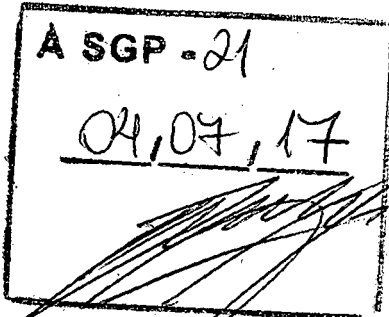
*de acordo
Nabil*

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

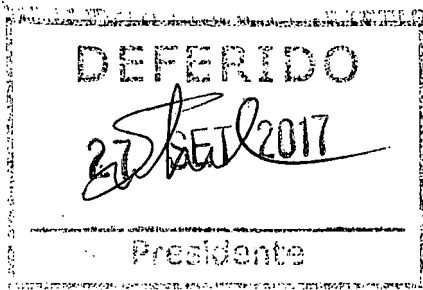
07/07 - 09/07 - 30/06/2017 - 13:51 - 004995 - 9/2



Antonio Isoldi Caleari
Supervisor - SGP. 22
RF 11.300

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) rubricado(s)
sob nº(s) 129 e _____ e
folha de informação sob
nº 03.10.17

Marcia Gazoti
Auxiliar Técnico Administrativo
RF 51.539



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 129 do processo
nº 181 de 2016

fls. 218

Marcia Gzpti
PF 51/09

REQUERIMENTO

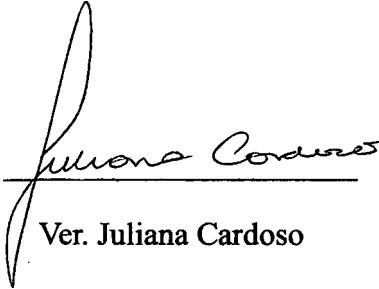
RDS

1208/2017

Senhor Presidente,

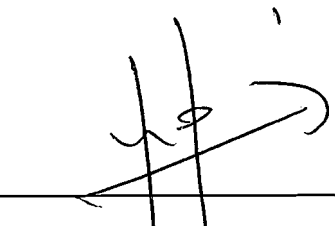
REQUEIRO, nos termos regimentais, a minha inclusão como coautora do Projeto de Lei nº 181/2016, de autoria do vereador Nabil Bonduki (PT) – Institui a Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas.

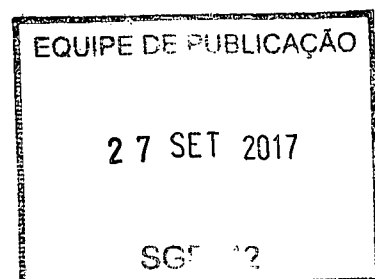
De acordo:

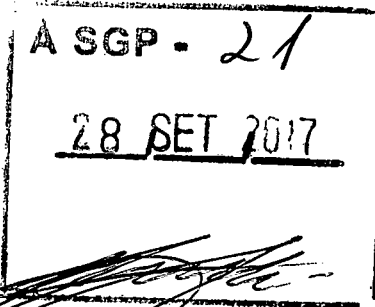

Ver. Juliana Cardoso

Sala das Sessões, em 19 de Setembro de 2017.

De acordo:


Ver. Antônio Donato
(Líder da Bancada do PT)





Antonio Isoldi Caleari
Supervisor - SGP. 22
RF 11.300

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) rubricado(s)
sob nº(s) 130 a e
folha de informação sob
nº 12/12/2018

Lizia Oshiro
Técnico Administrativo
RF. 11.020

JPB 60
28/03/18

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 05/02/2021 11:08:19.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO FINAL

Folha nº	130	do Processo	
nº	01-181	de	2016
Lízia Oshiro		DATA	21/03/2017
RF 11.020		FL:	65 DE 76

fls. 220

SESSÃO: 006-SE

- "PL 181/2016, do Vereador NABIL BONDUKI (PT) E EDUARDO SUPLICY (PT).

Institui a Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara."

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 181/2016. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.